

MINISTÉRIO DO TURISMO

Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
SNPDTUR

Relatório de Gestão
Exercício 2008

DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTur	
CNPJ	05.457.283/0007-04	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério do Turismo	
Endereço completo da sede	Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 3º Andar, Gabinete - CEP: 70.065-900 - Brasília/DF. Tel: (61) 3321-7423.	
Endereço da página institucional na internet	http://www.turismo.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno, e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Lei 10.683/03 (DOU de 29/05/2003) Portaria 109-B/05 (DOU de 24/10/2005) (Reg. Int.) Decreto 6.222/07 (DOU de 04/10/2007 - Ed. Extra) Decreto 6.546/08 (DOU de 26/08/2008)	
Código da UJ titular do relatório	540005 - Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Comércio e Serviços	
Tipo de atividade	Programas de desenvolvimento do turismo.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo	540005

1. OBJETIVOS E METAS

Na execução das ações e programas do Plano Nacional do Turismo (PNT) 2007/2010, a SNPDTur atua na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. As proposições do PNT organizadas em agrupamentos temáticos (macroprogramas), definidos pelo seu potencial de contribuição para atingir as metas definidas no Plano, desdobram-se em um conjunto de programas que organizam as diversas atividades executivas da atuação governamental e de seus parceiros.

2. ORGANOGRAMA

UNIDADE	SIGLA
SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLV. DO TURISMO	SNPDTur
Gabinete	GSD

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	DPRDT
Coordenação - Geral de Programas Regionais I	CGPR I
Coordenação - Geral de Programas Regionais II	CGPR II
Coordenação - Geral de Suporte Técnico	CGST
Coordenação - Geral de Uso de Recursos Federais	CGRF

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	DIETU
Coordenação - Geral de Análise de Projetos de Infra-Estrutura	CGIE
Coordenação - Geral de Acompanhamento e Fiscalização	CGAF

DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO TURISMO	DFPIT
Coordenação - Geral de Financiamento	CGFI
Coordenação - Geral de Promoção de Investimento	CGPI
Coordenação - Geral do Fundo Geral de Turismo	FUNGETUR

DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO E DE PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	DCPAT
Coordenação - Geral de Qualificação e Certificação	CGQC
Coordenação - Geral de Projetos de Estruturação	CGPE
Coordenação - Geral de Produtos Associados ao Turismo	CGPA

3. PROGRAMAS E AÇÕES

Programa		Ação	
1001	GESTAO DA POLITICA DE TURISMO	2C01	ESTUDOS E PESQUISAS DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO AMBITO DO ATIVO TURISTICO BRASILEIRO
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	2301	SINALIZACAO TURISTICA
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	4030	CERTIFICACAO DE EMPREENDIMENTOS, EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DO SEGMENTO TURISTICO
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	4052	FOMENTO A PRODUCAO LOCAL E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA USO DOS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	4054	VALORIZACAO E DISSEMINACAO DOS PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	4198	CERTIFICACAO DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DE TURISMO
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	4590	QUALIFICACAO DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DE TURISMO
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	4620	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	5112	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DO PATRIMONIO HISTORICO ECULTURAL PARA UTILIZACAO TURISTICA
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	5701	IMPLANTACAO DE CENTROS DE INFORMACOES TURISTICAS
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	10W0	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR JK
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	10W8	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR NE II
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	10WU	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR SUL
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	10X0	PARTICIPACAO DA UNIAO NA IMPLANTACAO DO PRODETUR NACIONAL
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	11Y3	PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PROECOTUR - FASE II
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	2B39	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO LOCAL E DE INCLUSAO SOCIAL
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	7H12	CONSTRUCAO DO CENTRO DE CONVENCoes EM UMUARAMA - PR
1166	TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	7H66	REVITALIZACAO DA FEIRA CENTRAL EM CAMPINA GRANDE - PB

4. DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO TURISMO – DPRDT

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas, que objetivem diagnosticar os níveis de competitividade das áreas turísticas prioritárias no mercado nacional e internacional e o nível de impacto econômico para a população local. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de desenvolvimento e de igualdade no Brasil.

Os Programas PRODETUR eram divididos geograficamente em quatro grandes regiões (PRODETUR NE II, PRODETUR Sul, PRODETUR JK e Proecotur), no entanto somente o PRODETUR NE II contava com recursos de financiamento internacional, sendo o único realmente implantado. Os demais Programas, embora tenham recebido recursos federais para a realização de estudos e pesquisas para seu planejamento e até mesmo para a execução de ações pontuais, não contaram com aporte significativo de recursos de financiamento para a realização de ações estruturantes.

No ano de 2008 a ação destinada à implantação do PRODETUR JK foi extinta e foi criada a ação Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional. Essa nova ação foi criada em função da Linha de Crédito Condicional negociada pelo Ministério do Turismo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a implantação dos Programas PRODETUR nas demais regiões. A partir do ano de 2009 o PRODETUR será executado a partir de duas ações: Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional e Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II.

Em 2008 foram autorizados R\$ 187.806.406,00 para execução a partir dos Programas PRODETUR. Desses recursos foram empenhados R\$ 187.781.352,00, alcançando 99,9% do total de recursos disponibilizados para o ano de 2008.

Quadro 4.1 – Execução das Ações 2008 – Programas PRODETUR

Funcional	GND	Dotação Autorizada (R\$)	Valores Empenhados (R\$)	Saldo para Empenho (R\$)	% Executado
PRODETUR NE II 1 0 W 8	3	9.472.060	9.447.007	25.053	99,74%
	4	29.081.974	29.081.974	0	100,00%
		38.554.034	38.528.981	25.053	99,94%
PRODETUR NACIONAL 1 0 X 0	3	24.432.146,00	24.413.664,53	18.481,47	99,92%
	4	110.920.225,00	110.920.225,00	0,00	100,00%
		135.352.371,00	135.333.889,53	18.481,47	99,98%
PRODETUR SUL 1 0 W U	3	3.200.001	3.200.000	1	100,00%
	4	8.000.000	8.000.000	0	100,00%
		11.200.001	11.200.000	1	100,00%
PROECOTUR 1 1 Y 3	3	1.620.000	1.620.000	0	100,00%
	4	1.080.000	1.080.000	0	100,00%
		2.700.000	2.700.000	0	100,00%
Total		187.806.406,00	187.762.870,53	43.535,47	99,97%

Segue abaixo relatório específico de cada uma das Ações realizadas.

4.1 Ação 10W8 - Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR NE II

Tipo	Finalística
Finalidade	Reforçar o potencial turístico dos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo via priorização de ações que mantenham e expandam a crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região.
Descrição	Participação, inclusive com a contrapartida federal, em operações de financiamento de estados junto a organismo internacional para a implementação do Programa, visando o financiamento de ações estruturadoras e a dotação dos órgãos estaduais e municipais de participantes de instrumentos para a gestão da atividade turística.
Unidade Responsável pelas decisões Estratégicas	DPRDT
Coordenador Nacional da Ação	Edimar Gomes da Silva
Unidades Executoras	540004 – SPOA/ MTur 5400012 – CGCV/ MTur
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução da Ação	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT.
Competências Institucionais Requeridas para execução da Ação.	

Resultados

O Programa PRODETUR NE-II tem como objetivo assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado, melhorar a qualidade de vida da população local, aumentar as receitas do setor turístico e melhorar a capacidade de gestão do turismo pelos Estados e Municípios segundo três componentes: fortalecimento da capacidade municipal; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura; e promoção de investimento do setor privado.

O Programa não visa somente à implantação de infra-estrutura turística, mas o desenvolvimento integrado das áreas prioritárias identificadas. Dessa forma, o Programa aborda uma diversa gama de ações que perpassam, entre outras intervenções: a elaboração de Planos Diretores Municipais, o fortalecimento da gestão do turismo nos Municípios e Estados, capacitação de mão de obra e empresarial, estudos de mercado turístico, planos de gestão ambiental, planos de marketing, além das intervenções em infra-estrutura de transporte, de saneamento ambiental, de conservação de patrimônio histórico. É um Programa que visa promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida de sua população.

Para cada Pólo integrante do PRODETUR NE/II foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS que constitui em um instrumento técnico para planejamento, gerenciamento, coordenação e execução das decisões de investimento de longo prazo nos Pólos de Turismo, o qual define as ações elegíveis a serem financiadas pelos recursos do Programa. O processo de planejamento estratégico e as ações identificadas como prioritárias para o desenvolvimento da atividade turística na área turística prioritária foram ratificadas pelos respectivos Conselhos de Turismo.

O PRODETUR NE II abrange todos os Estados da Região Nordeste, bem como a parte norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O PRODETUR NE II tem como foco o desenvolvimento de 14 Pólos Turísticos envolvendo ao todo 113 Municípios. O Programa foi estimado em US\$ 400 milhões de dólares, sendo US\$ 240 milhões oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e até US\$ 160 milhões de contrapartida nacional (em grande parte assumida pelo Governo Federal).

Nem todos os Estados inseridos no Programa conseguiram contratar recursos de financiamento, no entanto o MTur também vem aportando recursos da contrapartida a esses Estados, devido a importância do desenvolvimento da região como um todo. Cabe ressaltar que, mesmo para os estados que não contam com recursos de financiamento, foi realizado o processo de planejamento necessário para acessar os recursos de financiamento, o que orienta a aplicação de recursos de contrapartida federal. Seguem abaixo Quadros Resumo da aplicação de recursos de financiamento e de contrapartida federal para o PRODETUR NE II no ano de 2008.

Quadro 4.2 - Execução Orçamentária 2008 – PRODETUR NE II

Especificação de Gastos	Valor (R\$)
Estudos e Pesquisas	1.694.769,13
Fortalecimento Institucional	2.748.382,00
PDITS	439.435,84
Plano Diretor	196.452,66
Promoção e Marketing	1.400.000,00
Qualificação Profissional e Empresarial	446.212,92
Rodovias	19.478.801,43
Saneamento Básico	6.724.343,21
Sinalização Turística	174.000,00
Urbanização	1.916.447,19
TOTAL	35.218.844,38

Quadro 4.3 - Execução Orçamentária 2008 – PRODETUR NE II – Por UF

UF	Empenhado	Saldo a Empenhar	Pago	Saldo a Pagar
AL	939.633,29	0	100.197,45	839.435,84
BA	17.387.100,00	0	10.000.000,00	7.387.100,00
CE	500.000,00	3.218.618,80	3.000.000,00	4.375.000,00 ¹
ES	3.000.000,00	0	0	3.000.000,00
MG	2.661.643,89	1.041.643,85	0	2.461.643,89
PE	478.988,30	0	0	478.988,30
PI	1.500.000,00	0	1.500.000,00	0,00
RN	400.000,00	1.719.272,30	0	400.000,00
TOTAL	26.667.365,48	5.979.534,95	14.600.197,45	12.067.168,03

¹ O Convênio 162/2008 conta com empenhos das Ações 10W8 e 10X0.

Quadro 4.4 - Convênios de Anos Anteriores com Empenhos em 2008 – PRODETUR NE II

UF	CV	OBJETO	Empenho 2008	Pagamento 2008
CE	401/07	Execução das obras de urbanização da Praia de Lagoinha no Município de Paraipaba	339.306,00	0,00
CE	430/07	Execução de ações de promoção e mídia previstas - Plano de Marketing Turística 2007/2009.	900.000,00	900.000,00
PE	032/07	Projeto de estruturação e dotação de capacitação técnica da UEE.	1.600.000,00	1.600.000,00
PE	266/06	Requalificação urbana do Alto da Sé de Olinda	746.491,03	0,00
PE	347/07	Duplicação da Rodovia Porto de Galinhas - Maracaípe, no município de Ipojuca.	591.701,43	3.000.000,00
PE	670/07	Execução das obras do sist. de saneamento da Praia de Gaibu, em Cabo de Santo Agostinho.	3.724.343,21	3.135.727,35
PE	685/07	Implantação do setor I do projeto paisagístico da V. dos Remédios, em F. de Noronha.	449.637,23	719.289,07
TOTAL			8.351.478,90	9.355.016,42

A aplicação dos recursos de contrapartida (incluindo os recursos de contrapartida federal) se encontra, segundo o Banco do Nordeste, atualmente em 36%. Cabe destacar que na prática o percentual de contrapartida, segundo o próprio BNB, possivelmente seja superior ao valor inicialmente proposto, uma vez que várias ações nos diversos estados encontram-se concluídas faltando, entretanto, a comprovação dos gastos junto ao BNB.

Quadro 4.5 - Execução Financiamento PRODETUR NE II (US\$ 1.000)

SUBMUTUÁRIO	FINANCIAMENTO	COMPROMETIDO*	%	DESEMBOLSADO	%
Bahia	39.000.000	33.951	87,1	29.057	74,5
Ceará	60.000.000	48.740	81,2	34.518	57,5
Minas Gerais	27.500.000	12.871	46,8	9.685	35,2
Pernambuco	75.000.000	56.279	75,0	16.667	22,2
Piauí	15.000.000	6.103	40,7	2.866	19,1
Rio Grande do Norte	21.300.000	14.838	69,7	9.536	44,8
BNB – Execução Direta	2.200.000	2.200	100	1.173	53,3
TOTAL	240.000.000	174.982	73	103.502	43

Fonte: BNB – atualizado em 30.01.2009

* Taxa de Câmbio US\$ 1 = R\$ 2,32

No ano de 2008 os estados submutuários do PRODETUR NE II apresentaram significativo avanço na execução de suas propostas de financiamento. Apesar de tais esforços somente ao final de 2009 será possível atingir o patamar de 100% de comprometimento dos recursos de financiamento (atualmente em 73%). A execução dos recursos, no entanto, demandará mais tempo, de forma que será necessária a prorrogação do prazo de vigência do contrato (com seu término inicialmente previsto para setembro de 2009) por pelo menos mais um ano.

Quadro 4.6 – Execução Financeira 2008 – PRODETUR NE II

Funcional	GND	Dotação Autorizada (R\$)	Valores Empenhados (R\$)	Saldo para Empenho (R\$)	% Executado
PRODETUR NE II (1 0 W 8)	3	9.472.060	9.447.007	25.053	99,74%
	4	29.081.974	29.081.974	0	100,00%
TOTAL	-	38.554.034	38.528.981	25.053	99,94%

Quadro 4.7 – Execução Física 2008 – PRODETUR NE II

Ação	Prevista	Realizada	% Realizado
PRODETUR NE II (1 0 W 8)	55	27	49,09

Tendo como objetivo disponibilizar informações estratégicas para o planejamento turístico dos estados e municípios foi apoiada a contratação do estudo: Estudos sobre a Participação em Eventos².

Quadro 4.8 – Despesas PRODETUR NE II/ 2008

Despesa	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Convênios	35.218.844,38	23.955.231,87
Contratos	3.189.162,16	9.162,16
Outros Gastos Correntes	120.974,48	5.8726,73
Total	38.528.981,02	24.023.120,76

² Estudo conta também com recursos da Ação: 10X0.

4.2 Ação 10WU - Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR Sul

Tipo	Finalística
Finalidade	Reforçar o potencial turístico da região Sul e do Mato Grosso do Sul via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da Região.
Descrição	Participação, inclusive com contrapartida nacional, em operação de financiamento de organismo internacional para a implementação do Programa, visando priorizar o financiamento de suas ações estruturadoras, dotando os estados e municípios participantes de instrumentos de gestão do turismo e gestão pública, assim como a realização de ações estruturantes para a realização e expansão do potencial turístico.
Unidade Responsável pelas decisões Estratégicas	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT
Coordenador Nacional da Ação	Edimar Gomes da Silva
Unidades Executoras	540004 – SPOA/ MTur 5400012 – CGCV/ MTur
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução da Ação	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT.
Competências Institucionais Requeridas para execução da Ação.	

Resultados

O PRODETUR Sul, que geograficamente abrangia os Estados da Região Sul e o Estado do Mato Grosso do Sul, teve toda a fase de preparação e planejamento realizada seguindo o modelo adotado para o PRODETUR NE II, porém com o Banco do Brasil como agente financeiro internalizador dos recursos. O contrato de Empréstimo, no entanto, não chegou a ser firmado, restando uma grande expectativa pela realização de ações estruturantes e uma grande demanda reprimida por recursos de financiamento. Tal demanda será atendida a partir da Linha de Crédito PRODETUR Nacional que vem sendo negociada pelo Ministério do Turismo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As ações executadas a partir do PRODETUR Sul em 2008 foram pautadas pelo apoio aos Estados na atualização e preparação de seus planos de desenvolvimento turísticos, assim como pelo fortalecimento institucional dos órgãos gestores da atividade turística e pela realização de ações voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento da atividade turística.

Quadro 4.9 – Execução Orçamentária 2008 – PRODETUR Sul

Especificação de Gastos	Valor (R\$)
Fortalecimento Institucional	93.080,00
PDITS	200.000,00
Rodovias	6.949.320,00
Sinalização Turística	957.600,00
TOTAL	8.200.000,00

As ações de fortalecimento institucional e de elaboração dos PDITS objetivaram a preparação das Unidades de Coordenação estaduais e de suas propostas de financiamento para a contratação e execução de recursos de empréstimo junto ao BID. Cabe destacar que todos os estados inseridos no PRODETUR Sul se manifestaram positivamente quanto ao interesse em participar do PRODETUR Nacional, sendo que os Estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul formalizaram suas cartas-consulta. O Estado do Rio Grande do Sul está atualmente iniciando a preparação de sua carta-consulta e deve em breve apresentá-la à COFIEX.

Quadro 4.10 – Execução Financeira 2008 – PRODETUR Sul

Funcional	GND	Dotação Autorizada (R\$)	Valores Empenhados (R\$)	Saldo para Empenho (R\$)	% Executado
PRODETUR SUL (10 W U)	3	3.200.001	3.200.000	1	100,00%
	4	8.000.000	8.000.000	0	100,00%
TOTAL	-	11.200.001	11.200.000	1	100,00%

Quadro 4.11 – Gastos PRODETUR Sul 2008 por Estado (Valores em R\$)

UF	Empenhado	Saldo a Empenhar	Pago	Saldo a Pagar
PR	6.941.320,00	10.623.999,60	0	6.941.320,00 ³
RS	1.258.680,00	670.000,00	1.000.000,00	258.680,00
TOTAL	8.200.000,00	11.293.999,60	1.000.000,00	7.200.000,00

Quadro 4.12 – Execução Física 2008 – PRODETUR Sul

Ação	Prevista	Realizada	% Realizado
PRODETUR Sul (10 W U)	23	7	30,43

Tendo como objetivo disponibilizar informações estratégicas para a preparação das propostas de financiamento e, posteriormente, para a atualização dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável das áreas turísticas prioritárias dos Estados, foi apoiada a contratação do estudo: Políticas Públicas de Atração de Investimentos no Brasil⁴.

Quadro 4.13 – Despesas PRODETUR Sul 2008

Despesa	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Convênios	8.200.000,00	1.000.000,00
Contratos	3.000.000,00	937.500,00
Total	11.200.000,00	1.937.500,00

A partir de 2009 as Ações antes atendidas pela Ação Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do PRODETUR Sul serão absorvidas pelo PRODETUR Nacional.

³ Os Convênios nº 702063/08 e 140/08 contam com empenhos das Ações 10WU e 10X0.

⁴ Estudo conta também com recursos da Ação: 10X0.

4.3 Ação: 11Y3 - Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Proecotur – fase II

Tipo	Finalística
Finalidade	Reforçar o potencial turístico da Amazônia Legal via priorização de ações que mantenham e expandam a crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.
Descrição	Participação no planejamento, execução e acompanhamento do programa, inclusive com o aporte de contrapartida nacional, nas operações de crédito a serem firmadas pelos Estados da Amazônia Legal no âmbito do PRODETUR. As propostas de financiamento a serem contratadas visam dotar os estados e municípios participantes de instrumentos para gestão da atividade turística, capacitação, assim como a execução de obras de infra-estrutura em áreas turísticas prioritárias.
Unidade Responsável pelas decisões Estratégicas	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT
Coordenador Nacional da Ação	Edimar Gomes da Silva
Unidades Executoras	540004 – SPOA/ MTur 5400012 – CGCV/ MTur
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução da Ação	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT.
Competências Institucionais Requeridas para execução da Ação.	

Resultados

O Proecotur é um programa de caráter estruturante, que visa dotar a região de condições atrativas para o direcionamento de investimentos para o segmento turístico na Amazônia Legal. O Programa foi concebido para ser executado em duas fases: Fase I de pré-investimentos, executada pelo Ministério do Meio Ambiente, focada no planejamento estratégico visando o desenvolvimento do ecoturismo na região; e Fase II de investimentos, a ser executada pelo Ministério do Turismo, que visam estruturar a atividade turística nos Pólos Turísticos do Programa, incluindo ações de infra-estrutura relacionadas à atividade turística.

Embora a fase I ainda não se encontre finalizada, o Ministério do Turismo iniciou o aporte de recursos para os estados inseridos no Proecotur como forma de apoiar a preparação de suas propostas de financiamento e executar ações de cunho emergencial para evitar a depreciação de atrativos turísticos. Cabe destacar que a segunda fase do Proecotur será financiada e executada a partir de empréstimos tomados junto à Linha de Crédito PRDOETUR Nacional.

Quadro 4.14 – Execução Orçamentária 2008 – Proecotur

Especificação de Gastos	Valor
- Proecotur 2008 -	
Estudos e Pesquisas	1.620.000
Urbanização	1.080.000
TOTAL	2.700.000

Quadro 4.15 – Gastos Proecotur 2008 por Estado (Valores em R\$)

UF	Empenhado	Saldo a Empenhar	Pago	Saldo a Pagar
AP ⁵	1.620.000,00	0	0	1.620.000,00
PA ⁶	1.080.000,00	420.000,00	0	1.080.000,00
TOTAL	2.700.000,00	420.000,00	0	2.700.000,00

⁵ O Convênio nº 702720/08 conta com empenhos das Ações 11Y3 e 10 X0.

⁶ O Convênio nº 1023/08 conta com empenhos das Ações 11Y3 e 10 X0.

As ações executadas em 2008 tiveram como foco a realização de estudos e pesquisas no estado do Amapá e a realização de obras de urbanização no estado do Pará. Quatro estados da Região Norte manifestaram-se de forma positiva quanto ao Programa: Amapá, Pará, Tocantins e Roraima. Atualmente o Estado do Pará se encontra com sua proposta aprovada e com o PDITS em fase adiantada de elaboração. Os Estados do Tocantins e do Pará aguardam a próxima reunião da COFIEX quando possivelmente terão suas propostas aprovadas. O Estado de Roraima, por fim, ainda defenderá sua proposta de financiamento perante o Grupo Técnico da COFIEX, no entanto em breve também deverá ter sua proposta aprovada.

Quadro 4.16 – Execução Financeira 2008 – Proecotur

Funcional	GND	Dotação Autorizada (R\$)	Valores Empenhados (R\$)	Saldo para Empenho (R\$)	% Executado
Proecotur	3	1.620.000	1.620.000	0	100,00%
(11Y3)	4	1.080.000	1.080.000	0	100,00%
TOTAL	-	2.700.000	2.700.000	0	100,00%

Quadro 4.17 – Execução Física 2008 – Proecotur

Ação	Prevista	Realizada	% Realizado
Proecotur			
(11Y3)	23	2	8,69

Quadro 4.18 – Despesas Proecotur 2008

Despesa	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Convênios	2.700.000,00	0
Total	2.700.000,00	0

Assim como o PRODETUR Sul, as ações executadas pela Ação Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Proecotur – fase II, a partir de 2009, serão absorvidas e executadas pelo PRODETUR Nacional.

4.4 Ação 10X0 - Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional

Tipo	Finalística
Finalidade	Promover a estruturação de forma sustentável das regiões turísticas dos Estados brasileiros de forma a qualificar a oferta turística nacional, promovendo o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais.
Descrição	Auxiliar os Estados elegíveis na preparação de suas propostas para obtenção de financiamento internacional junto a Facilidade Creditícia que vem sendo negociada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - para a implementação dos Programas PRODETUR nas diversas regiões do país.
Unidade Responsável pelas decisões Estratégicas	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT.
Coordenador Nacional da Ação	Edimar Gomes da Silva
Unidades Executoras	540004 – SPOA/ MTur 5400012 – CGCV/ MTur
Áreas Responsáveis por gerenciamento ou execução da Ação	Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – DPRDT.
Competências Institucionais Requeridas para execução da Ação.	

Resultados

Seguindo as lições aprendidas a partir da execução do PRODETUR NE II e da preparação do PRODETUR Sul, o Ministério do Turismo iniciou a preparação da Linha de Crédito PRODETUR Nacional. Considerando a necessidade dos estados e municípios elegíveis, segundo o regulamento operacional, para operações de crédito, o Ministério do Turismo decidiu contratar uma primeira pequena operação de forma a garantir que os potenciais mutuários do PRODETUR Nacional contassem com apoio técnico, além dos recursos de contrapartida federal, para a preparação, negociação e, posteriormente, execução de suas propostas.

Assim, o Ministério do Turismo, paralelamente a negociação da Linha de Crédito, apresentou proposta de financiamento no valor de US\$ 15 milhões para a execução de ações de fortalecimento institucional do próprio Ministério e apoio aos Estados e Municípios interessados em participar do PRODETUR Nacional. Tal proposta de financiamento encontra-se hoje em fase final de negociação, aguardando a avaliação da operação por parte da PGFN e STN para o agendamento, por parte da SEAIN, da reunião de pré-negociação e seguimento do processo de contratação do financiamento internacional.

No ano de 2008 o Ministério do Turismo deu início ao apoio à preparação das propostas estaduais e municipais de financiamento. Foram apresentadas 18 propostas à COFIEIX para sua avaliação e recomendação (aprovação). A partir da recomendação os proponentes encontram-se autorizados a iniciar a negociação técnica de suas propostas junto ao organismo financiador.

Das 18 propostas apresentadas em 2008, 14 foram aprovadas (e as outras 4 não chegaram a ser apreciadas pela COFIEIX), totalizando US\$ 741 milhões em recursos de financiamento. Cabe destacar que além da aprovação de suas propostas os Estados do Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Espírito Santo receberam ao longo de 2008 as primeiras Missões técnicas do BID. Segue abaixo Quadro resumo das propostas apresentadas para o PRODETUR Nacional.

Com relação ao apoio prestado aos Estados e Municípios em sua preparação para o PRODETUR Nacional, o Ministério do Turismo vem apoiando ações de fortalecimento institucional, planejamento e preparação de projetos. Cabe destacar ainda a alocação de recursos para a execução de ações estruturantes que irão compor parte dos gastos de contrapartida federal assumidos pelo Ministério do Turismo.

Quadro 4.19 – Propostas Apresentadas PRODETUR Nacional

Estado/ Municípios	VALORES (US\$ milhões)			Áreas Turísticas Prioritárias (Pólos)
	Valor Total	Financiamento	Contrapartida Local	
MTur	25	15	10	-
Ceará	250	150	100	Litoral Leste, Maciço de Baturité e Ibiapaba.
Rio de Janeiro	187	112	75	Pólo Litoral e Pólo Serra
Pernambuco	125	75	50	Costa dos Arrecifes; Agreste; Vale do São Francisco
Santa Catarina	50	30	20	Litoral Catarinense.
Rio Grande do Norte	75	45	30	Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó
Espírito Santo	80	48	32	Região Metropolitana de Vitória
Goiás	120	72	48	Pólo Ouro, Negócios, Araguaia, Águas Quentes e Chapada dos Veadeiros.
Mato Grosso do Sul	50	30	20	Serra da Bodoquena e Campo Grande
Pará	43	26	17	Belém, Pólo Tapajós e Marajó.
Paraíba	38	23	15	Pólos: Litoral, Brejo e Agreste
Piauí	50	30	20	Pólo Costa do Delta, Pólo de Teresina e Pólo das Origens.
Sergipe	100	60	40	Pólo Costa dos Coqueirais e Velho Chico
Goiânia	50	25	25	Goiânia
Total Aprovado	1.243	741	502	-

Quadro 4.20 – Execução Orçamentária 2008 – PRODETUR Nacional

Especificação de Gastos	Valor
Aeroportos	4.277.830,84
Estudos e Pesquisas	3.372.752,62
Fortalecimento Institucional	9.482.653,74
PDITS	3.940.611,81
Promoção e Marketing	5.573.381,20
Qualificação Profissional e Empresarial	400.000,00
Rodovias	72.350.680,00
Saneamento Básico	11.016.028,05
Sinalização Turística	475.335,00
Urbanização	20.597.815,51
TOTAL	131.487.088,77

Quadro 4.21 – Gastos PRODETUR Nacional por Estado (Valores em R\$) - Convênios 2008

UF	Empenhado	Saldo a Empenhar	Pago	Saldo a Pagar
AL	44.200.000,00	37.324.660,44	10.500.000,00	33.700.000,00
AP	880.000,00	0	0	880.000,00
CE	17.656.381,20	56.281.548,06	8.000.000,00	9.656.381,20
GO	18.515.699,97	35.060.000,00	0	18.515.699,97
MG	262.511,08	262.511,08	0	262.511,08
MS	2.638.216,63	15.000.000,00	0	2.638.216,63
MT	760.000,00	0	760.000,00	0,00
PA	2.814.000,00	3.755.350,00	0	2.814.000,00
PB	3.733.561,39	4.200.000,00	0	3.733.561,39
PE	8.267.211,32	0	2.994.328,90	5.272.882,42
PI	2.916.222,09	2.807.500,00	0	2.916.222,09
PR	3.101.116,22	11.123.999,58	0	3.101.116,22
RJ	13.902.528,00	21.520.065,63	0	13.902.528,00
RS	3.520.000,00	4.768.539,24	280.000,00	3.240.000,00
SC	135.000,00	0	0	135.000,00
SE	1.958.711,24	0	315.000,00	1.643.711,24
TO	2.500.000,00	14.375.000,00	0	2.500.000,00
TOTAL	127.761.159,14	192.104.174,03	22.849.328,90	102.411.830,24

Quadro 4.22 – Convênios de Anos Anteriores com Empenhos em 2008 – PRODETUR Nacional

UF	CV	OBJETO	Empenho 2008	Pagamento 2008
CE	162/08	Promoção e Marketing dos Pólos Turísticos da Serra Ibiapaba, Serra do Maciço, do Baturité e Litoral leste do Estado	1.343.618,80	1.343.618,80
CE	433/07	Urbanização da Praia de Iracema.	888.451,94	0,00
PI	250/02	Construção do Aeroporto de São Raimundo Nonato	1.277.830,84	0,00
PR	577/07	Execução de obra de engenharia para a implantação do sistema de esgotamento sanitário do Balneário do Ipiranga - Terminal Turístico.	216.028,05	1.001.951,80
TOTAL			3.725.929,63	2.345.570,

Quadro 4.23 – Execução Financeira 2008 – PRODETUR Nacional

Funcional	GND	Dotação Autorizada (R\$)	Valores Empenhados (R\$)	Saldo para Empenho (R\$)	% Executado
PRODETUR Nacional	3	24.432.146,00	24.413.664,53	18.481,47	99,92%
(10X0)	4	110.920.225,00	110.920.225,00	0,00	100,00%
TOTAL	-	135.352.371,00	135.333.889,53	18.481,47	99,98%

Quadro 4.24 – Execução Física 2008 – PRODETUR Nacional

Ação	Prevista	Realizada	% Realizado
PRODETUR Nacional (10X0)	120	75	62,5

Tendo como objetivo disponibilizar informações estratégicas para a preparação das propostas de financiamento e, posteriormente, para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável das áreas turísticas prioritárias dos Estados, foram apoiadas as contratações de 3 estudos a citar: Políticas Públicas de Atração de Investimentos no Brasil⁷; Estudo sobre a Caracterização e o Dimensionamento do Turismo Doméstico do Brasil; e Realização de Pesquisas e Estudos sobre a participação em Eventos⁸.

Quadro 4.25 – Despesas PRODETUR Nacional 2008

Despesa	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Convênios	131.487.088,77	25.194.898,90
Contratos	3.618.574,43	3.541.839,83
Outros Gastos Correntes	228.226,35	218.823,76
Total	135.333.889,55	28.955.562,49

⁷ Estudo conta também com recursos da Ação: 10WU.

⁸ Estudo conta também com recursos da Ação: 10W8.

5. DEPARTAMENTO DE QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO E DE PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO – DCPAT

5.1 Ação 2B39 - Fomento à Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento do setor turístico enquanto atividade socioeconômica, dinâmica e competitiva que resulte na geração de emprego e distribuição de renda, na preservação do meio ambiente, na valorização das identidades culturais e no incremento do capital.
Descrição	Fomento e apoio a formulação e/ou implementação de projetos ou ações para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo e a melhoria da qualidade de vida da população local.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Regina Cavalcante
Responsável pela execução da ação no nível local	

Fonte: Sigplan.

Resultados

A ação de Fomento à Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social tem como principal desafio a identificação, formulação e implementação de projetos para o incremento das atividades econômicas vinculadas ao turismo, de modo a integrar a população local na oferta de produtos e serviços para a cadeia produtiva do turismo com qualidade. A execução dos investimentos parte do pressuposto de que o incremento de competitividade dos destinos pode ser viabilizado com a participação da comunidade local nas atividades turísticas.

É importante salientar que as ações implementadas pretendem contribuir para o desenvolvimento dos destinos turísticos em seus aspectos, naturais, culturais e sociais como também no cumprimento das metas centrais do Plano Nacional de Turismo (PNT 2007-2010). Entre estas metas, em particular, a relativa à criação de 1.7 milhão de novos empregos e ocupações e a promoção do turismo como indutor de desenvolvimento local e inclusão social.

Nesse sentido, os projetos objetivam o desenvolvimento local com a dinamização da economia e geração de trabalho e renda. Assim, visam à utilização de forma sinérgica das potencialidades do produto turístico para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida das pessoas, valorizando a cultura local e a preservação do meio ambiente.

Como parte do desafio de promover o desenvolvimento local e incrementar a competitividade dos destinos turísticos, no exercício de 2008 destacamos o apoio às iniciativas de turismo de base comunitária por meio do Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/Nº. 001/2008. O objeto deste Edital foi selecionar projetos de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária para promover a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios da economia solidária.

A premissa para o apoio a projetos desta natureza associou os princípios do desenvolvimento local com os da economia solidária. Assim, como eixo orientador a formulação do projeto indicamos a estruturação produtiva das atividades turísticas protagonizadas por integrantes das comunidades. Neste contexto, pretende-se o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social.

Para operacionalizar as atividades dos projetos, conforme as finalidades da ação, a disponibilidade orçamentária e as atribuições e competências do Departamento, definiu-se as seguintes linhas temáticas de apoio: 1) produção associada ao turismo; 2) qualificação profissional; 3) planejamento estratégico e organização comunitária; 4) promoção e comercialização; e, 5) fomento às práticas de economia solidária. Nestas linhas temáticas estabeleceu-se como limite de apoio financeiro entre R\$ 100.000,00 e R\$ 150.000,00 e o cronograma para execução das atividades poderia variar entre 12 a 18 meses.

O Edital foi amplamente divulgado e a demanda superou as expectativas iniciais, 518 propostas foram apresentadas, provenientes das 27 unidades de federação. O processo de seleção foi dividido em duas etapas: uma de pré-qualificação de responsabilidade de um Comitê composto por técnicos do MTur e, outra como avaliação de mérito, por banca externa de especialistas convidados, representantes do Governo Federal e academia, sob a coordenação e participação de técnicos do MTur.

O resultado final selecionou 50 projetos, sendo 45 de organizações sem fins lucrativos e 5 do poder público, distribuídos em 19 UF, com destaque para os estados do Rio de Janeiro e Ceará, com 06 propostas cada estado. Face, a disponibilidade orçamentária, a implementação dos projetos foi escalonada e dividida em dois exercícios, 25 projetos foram programados com recursos de 2008 e, outros 25, programados com recursos de 2009. Verificou-se que em 2008, foram efetivados 22 convênios, somando o montante de R\$3.360 milhões, o que representa cerca de 40% do orçamento de programação desta ação.

Os projetos de turismo de base comunitária concentraram-se em atividades de:

- qualificação para a melhoria da qualidade e gestão dos produtos e serviços turísticos,
- estruturação de produtos e serviços turísticos,
- mobilização comunitária,
- planejamento estratégico para o desenvolvimento local e inclusão social,
- fortalecimento de redes de apoio à comercialização,
- promoção e divulgação de produtos e serviços turísticos, bem como participação e/ou realização de eventos, feiras e seminários.

Os convênios foram formalizados no último bimestre do exercício, conforme a legislação vigente no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios – SICONV. Assim, a execução das atividades destes projetos foi programada para iniciar no final do exercício. A implementação destes projetos beneficiará, mais de 4 mil pessoas, distribuídas em 57 municípios de 12 Estados da Federação: Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará,

Quanto as ações sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Infância do Gabinete do Ministro, registramos a da formação de jovens para a inserção do mercado de trabalho do turismo. Entre os projetos apoiados nesta área de os quais são associados ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, destacamos a continuidade das ações na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Nesta perspectiva, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, foi formulado e está em fase de execução a segunda etapa do projeto de qualificação de jovens para inserção no mercado de trabalho na cadeia produtiva do turismo, em atividades relacionadas com a arte e cultura local. Este projeto prevê a realização de cursos em artes cênicas, sonoplastia e iluminação, fotografia, organização e produção de grupos culturais, para cerca de 300 jovens.

Ressalta-se que projetos com estas características contribuem como atividade importante na agenda de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, no destino de Fortaleza, como também para a construção de uma imagem mais positiva deste destino, que se destaca por suas belezas naturais e culturais no nordeste brasileiro.

Os recursos para o apoio aos projetos previstos como metas desta ação em sua totalidade são de Orçamento Geral da União e executados, basicamente, por meio de transferências voluntárias a estados, municípios e organização não governamental, principalmente as representativas do setor. No exercício foram apoiados 60 dos 72 previstos enquanto observamos que a meta financeira teve percentual de cumprimento superior o que corresponde a 83% da meta física, enquanto que da execução financeira verificamos o comprometimento que atingiu cerca de 79%.

Observamos que face ao tempo requerido para os procedimentos e execução do cronograma do edital de chamada pública, somado a outros fatores relativos a tramitação dos processos e a adequação ao SICONV, a transferência de recursos, por meio de convênios foi concluída no final do exercício. O que resultou no saldo de R\$ 6.161.491,90 inscritos em restos a pagar para o exercício de 2009. (quadro 5.1)

Quadro 5.1 – Metas e Resultados da ação no exercício 2008 – Orçamento Programado

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira*
72	8.600.000,00	60	6.695.236,35

*Valores Empenhados. Fonte Sigtur

No que tange à realização de estudos e pesquisas, prospecção para formulação de planos e projetos para o desenvolvimento sustentável do turismo, dois projetos foram apoiados no exercício, um na região sul, estado de Santa Catarina, com o objetivo de elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica e Ambiental para a implantação de um Terminal Portuário Turístico, e o outro, em articulação com o Departamento de Infraestrutura do MTur relativo aos estudos e diagnósticos para ordenamento e estruturação do desenvolvimento Turístico do Município de São Bernardo do Campo, com foco na diversificação da oferta e atração de eventos. Estes projetos serão implementados visando à organização e/ou estruturação das atividades turísticas como vetor de desenvolvimento local.

No que se refere à promoção de dinamização econômica das comunidades locais com a geração de renda e trabalho a parceria firmada desde 2007, com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP -, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - manteve o cronograma de execução de atividades previsto para até 2010. O projeto “Fomento a incubação de empreendimentos econômicos solidários por meio do apoio a projetos para inclusão social na cadeia produtiva do turismo e produção de conhecimento” prevê a incubação aproximada de 72 atividades econômicas do setor turístico com aplicação da metodologia de incubação de cooperativas populares, em 12 destinos, dos 65 priorizados pelo Plano Nacional de Turismo.

No âmbito de projetos de Desenvolvimento Sustentável do Turismo com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), nos municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara, do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e do Parque Nacional de Jericoacoara, destaca-se a continuidade das atividades em parceria com o Instituto Ambiental Brasil Sustentável. As ações realizadas no exercício concentraram-se no apoio aos projetos de inserção produtiva, fortalecimento da produção artesanal e cultural e qualificação em atividades do setor turístico, nos municípios de Barroquinha, Camocim, Jijoca de Jericoacoara Acaraú, (CE), Santo Amaro, Araisés, Paulino Neves, Tutóia e Barreirinhas (MA), Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Cooreia e Paranaíba, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias(PI).

Ainda no que se refere aos projetos de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, foi realizado o Seminário "Políticas Públicas de Cooperativas Populares para Áreas com Potencial Turístico - em Parnaíba – PI, com a participação de mais de 200 cooperados das cooperativas de transporte, produção artesanal, gestão de resíduos sólidos, dos territórios de abrangência dos projetos e representantes do MTur, MMA, MTE, AECID, IABS, ICMBIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, entre outros atores públicos e do terceiro setor do roteiro integrado Ceará, Maranhão e Piauí.

Na lei orçamentária de 2008 foram aprovadas emendas individuais, no montante de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões setecentos e cinquenta mil reais) para uma meta física de 20 projetos. Observamos que foram aprovados projetos com recursos de emenda que totalizam o valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), na região do Distrito Federal, Corumbá de Goiás e Paraíba, que visam o desenvolvimento local e a qualificação, em particular, de jovens para a inserção em atividades da cadeia produtiva do turismo.

Cumprir registrar que nesta ação os gastos com viagens e diárias foram de R\$ 55.419,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e dezenove mil reais), referentes as ações para o acompanhamento técnico e execução das atividades dos projetos, participação e representação do MTur em atividades como seminários e/ou eventos de qualificação que integram a agenda dos projetos apoiados, como também as reuniões técnicas para articulação para implementar as ações programadas

Quanto aos valores dos projetos apoiados, conforme previsto na legislação vigente, compatibilidade aos preços de mercado são objeto de análise. O instrumento para esta análise consistiu na associação entre os orçamentos anexos aos projetos, por itens de despesas e/ou em custos praticados em projetos em execução, com despesas de mesma natureza e, com características territoriais similares e localização geográfica.

O apoio aos projetos com recursos orçamentários desta ação são definidos tendo como orientação estratégica:

- Desenvolvimento do turismo em regiões de baixo dinamismo econômico e com potencial turístico ainda não explorado.
- Elaboração de planos, programas e ações voltados para a geração de novas alternativas de desenvolvimento local com base nos segmentos turísticos e sua cadeia produtiva
- Estruturação de produtos e serviços turísticos em regiões com investimentos de impacto no setor.

Estas estratégias estão associadas às diretrizes definidas no Programa de Regionalização do Turismo que mapeou 200 regiões turísticas no país, por meio de um trabalho articulado com os Órgãos e Fóruns Estaduais de Turismo. Para o Plano Nacional do Turismo 2007-2010 uma das metas consiste na estruturação com padrão de qualidade internacional de 65 destinos, previamente selecionados como indutores do desenvolvimento regional do turismo.

No contexto de definições estratégicas para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável e integrada, seleção dos projetos de Turismo de Base Comunitária, por meio do Edital de Chamada Pública 001/MTur, foi realizada como um instrumento adequado para o cumprimento das metas desta ação.

Desta forma, a aplicação dos recursos públicos do orçamento, ocorre com maior amplitude, democrática e com equidade regional. Todavia, as dificuldades para a execução do orçamento permanecem e, requerem a atenção constata dos gestores no sentido de gerenciar os problemas de naturezas distintas, orientados pelos os princípios de eficiência e eficácia e, de acordo o ordenamento jurídico e operacional vigente. No que se refere aos procedimentos para as transferências voluntárias, por meio de convênios, observamos o seguinte:

- dificuldades dos proponentes para comprovar a regularidade fiscal e tributária;
- capacidade dos proponentes em aportar à contrapartida;
- insuficiência de recursos técnicos e humanos requeridos para a formulação e implementação de projetos;
- elaboração do plano de trabalho de forma inadequada às diretrizes políticas e metas do MTur definidas no Plano Nacional de Turismo;
- morosidade na tramitação dos procedimentos e processos para celebração dos instrumentos exigidos para a execução do orçamento.

Avaliamos que a implantação do Portal de Convênios – SICONV, em setembro de 2008, como ferramenta de gestão, reduzirá algumas das dificuldades de operacionalização e execução orçamentária. Este portal permite o acompanhamento on-line de todos os convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais a outros órgãos/entidades, entes federados e entidades do setor privado sem fins lucrativos.

A execução das ações tem logrado a promoção da inclusão social na cadeia produtiva do turismo, como também a qualificação da oferta turística e a geração de divisas em localidades com baixos indicadores socioeconômicos, onde tais melhorias são mais urgentes. No entanto, a mensuração exige trabalho e tempo cuja disponibilidade é limitada, por falta de recursos humanos e pela limitação temporal a que as ações estão sujeitas. Ainda assim, como será visto no item do Desempenho Operacional, tais levantamentos e iniciativas de avaliação estão em curso.

O turismo é um fenômeno com muitos fatores econômicos positivos: cria empregos, impostos e gera o desenvolvimento. Entretanto, o crescimento desordenado e sem planejamento adequado, resulta em fator especulação imobiliária com exclusão social, concentração de renda, aumento da prostituição e exploração infantil, degradação do meio ambiente, perda da identidade cultural entre outros.

As atividades em curso, a exemplo da incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo e o apoio a projetos de turismo de base comunitária, visam indicar alternativas, dependendo das características do destino, para potencializar os fatores positivos e minimizar os efeitos negativos. Neste caminho focalizamos o território como ponto de partida para a promoção do desenvolvimento local com base na atividade turística.

Desempenho operacional

Os indicadores de desempenho disponível têm como fonte o I Sistema Integrado de Gestão do Turismo – SIGTUR, implantado no segundo semestre de 2008, permite o acompanhamento das ações do MTur em relação ao Plano Nacional de Turismo - PNT 2007-2010 e o Plano Plurianual - PPA 2008-2011. As informações sobre execução físico financeira do SIGTUR são exportadas para o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan), com base nas quais verificamos a capacidade de empenhar e de pagamento, face ao orçamento disponibilizado em 2008. No exercício comprometimento financeiro foi de 83% dos recursos aprovados no orçamento, enquanto que a meta física da ação que tem como unidade projetos apoiado foi de 79%.

Quanto à efetividade dos recursos comprometidos são acompanhadas por meio de instrumentos qualitativos, sendo um deles os resumos executivos dos projetos apoiados, nos quais consta o detalhamento por

projeto, de acordo com o instrumento de execução. Desta forma, demonstramos o cumprimento da finalidade da ação, bem como sua consonância com os objetivos do PPA e PNT 2007-2010.

Ressaltamos que este trabalho é realizado e atualizado periodicamente pelo técnico responsável pelo projeto.

Ademais o acompanhamento financeiro da utilização destes recursos é pautado por procedimentos processuais e operacionais da seguinte forma:

- acompanhamento da execução do projeto “in loco”, selecionado dependendo da complexidade da intervenção;
- controle da execução do convênio pela Coordenação Geral de Convênios – CGCONV;
- solicitação periódica, por meio de ofícios diligências dos produtos por meta dos projetos;

No que se refere aos projetos de dinamização econômica das comunidades locais com geração de trabalho e renda, concretizado por meio do apoio a projetos de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva o indicador é calculado com base na renda auferida pelos empreendimentos no início e final do projeto. Desta forma, verificamos em uma amostra de 15 empreendimentos que participaram das atividades de incubação em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em municípios do entorno dos Lençóis Maranhenses, Parque Nacional da Serra da Capivara, Parque Nacional de Jericoacoara, que a renda média individual variou positivamente de 20% a 50%.

A execução dos projetos de turismo de base comunitária tem como resultados esperados os seguintes:

- Fortalecimento das ações desenvolvimento local;
- Fomento a geração de trabalho e renda ligada de comunidades locais e/ou tradicionais;
- Articulação de iniciativas do segmento “Turismo de Base Comunitária” em rede;
- Articulação e parcerias entre as esferas públicas e privadas responsáveis;
- Reconhecimento do turismo de base comunitária como um segmento com potencial para o incremento do desenvolvimento local.

Assim, para acompanhar e verificar estes resultados foi criado um grupo técnico de trabalho composto por representantes do Departamento de Qualificação e Certificação e Produção Associada ao Turismo e do Departamento Estruturação, Articulação Ordenamento Turístico. Este grupo tem entre suas atribuições a de formular uma proposta de indicadores para o acompanhamento e resultados destes projetos, para o próximo exercício.

5.2 Ação 4052 - Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e diversificar a oferta de produtos associados, para agregar valor ao turismo e ampliar as oportunidades de trabalho e renda
Descrição	Identificação, melhoria e diversificação, possibilitando a comercialização da produção local associada ao turismo
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Regina Cavalcante
Responsável pela execução da ação no nível local	

Fonte: Sigtur

Resultados

Para que o destino turístico se torne forte e consolidado, faz-se necessário pensar em uma ampla compreensão deste contexto, com o envolvimento do poder público, através de políticas públicas que favoreçam este segmento, da iniciativa privada, do terceiro setor e da comunidade local.

O Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos busca, por meio da política pública, o desenvolvimento de atributos que fortaleçam os aspectos naturais, culturais e sociais dos destinos turísticos como forma de agregação de valor ao produto turístico do destino. Nesse sentido as ações realizadas em 2008 buscaram abranger setores econômicos, como a gastronomia, o artesanato e a cultura, além de outros, estruturando-os e integrando-os ao turismo.

A ação de fomento ao produto associado ao turismo visa aumentar os gastos e a permanência dos turistas nos destinos e promover a inclusão social por meio da apropriação dos bens produzidos localmente, permitindo o combate à pobreza e a abertura de novas oportunidades de incremento da renda das comunidades artesãs.

Com base neste contexto de ações, o projeto “Rede de Cooperação Técnica para Roteirização” busca apoiar a produção de roteiros turísticos nos territórios de forma articulada e integrada por meio da formação de redes, utilizando-se do processo metodológico criado em seu projeto piloto, e realizar ações de fortalecimento no mercado nos destinos já trabalhados anteriormente.

O projeto “Estudo de Caso da Economia da Experiência: continuidade e abrangência de novos destinos” vem consolidar a metodologia de implementação do Projeto Economia da Experiência, com base na ação piloto da Região Uva e Vinho/RS e no conceito de sociedade dos sonhos, e aplicá-la em novos produtos e empreendimentos turísticos brasileiros, de forma a agregar maior competitividade aos destinos turísticos selecionados. As ações deste convênio estão sendo executadas em parceria com o DEAOT/Coordenação Geral de Regionalização. O DEAOT prevê celebração de convênio, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Região da Uva e Vinho/RS, com o objetivo de dar continuidade ao primeiro projeto da Economia da Experiência na Região. Os resultados darão sustentação às novas ações nas regiões selecionadas para este projeto, que serão aplicadas nas quatro regiões restantes: Sudeste, na cidade de Petrópolis/RJ; Centro-Oeste – em Bonito/MT; Nordeste – em Costa do Descobrimento/BA e região Norte – em Belém/PA.

Com o objetivo de promover a estruturação do produto artesanal com valor cultural agregado em sete municípios amazonenses, através da qualificação de artesãos, da promoção e do apoio à comercialização em feiras e eventos nacionais e internacionais, o projeto "Artesanato Sustentável" - CV 885/2008 - qualificou 210 artesãos, visando à melhoria da qualidade dos produtos existentes e formatação de novos produtos para a comercialização na atividade turística, e promoção local, regional, nacional e internacional, valorizando as especificidades da região amazônica e sua cultura. Os municípios beneficiados com o projeto foram: Barreirinhas, Iranduba, Manaus, Novo Airão, Parintins, São Gabriel da Cachoeira e Tefé.

Seguindo o mesmo conceito, o projeto “Artesanato com Identidade Cultural” - CV 636/2008 – qualificou 120 artesãos da Região Norte do Paraná, para a fabricação de produtos artesanais com qualidade nas tipologias madeira, cerâmica e papel reciclado, tendo em vista a divulgação da identidade cultural da região de Londrina expressa no artesanato regional.

Para atender à demanda turística em Teresina – PI, com a finalidade de integrar e promover a atividade turística associada à produção artesanal de tradição foi realizado o projeto Estruturação e Adequação da Central de Comercialização do Artesanato Mestre Dezinho - CV 1050/2008. Para que o projeto fosse adequado à realidade local, foi realizada uma pesquisa de mercado com o intuito de embasar o planejamento para a qualificação de artesãos e profissionais. Ao final do projeto foi feita promoção e divulgação da Central de Artesanato Mestre Dezinho.

Quadro 5.2 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
120	6.143.055,00	37	1.926.400,200

Fonte: Sigtur

Cumpra observar que para a análise e aprovação dos projetos a orientação estratégica considera as diretrizes apontadas pelo Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010, em especial as que ditam o Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo em seu Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo.

Para a aplicação dos recursos públicos do orçamento e conseqüente realização das atividades, conforme o programado registra-se o esforço empenhado para o gerenciamento de algumas dificuldades. Nesse sentido, destacamos:

- dificuldades dos proponentes no preenchimento do formulário do plano de trabalho de forma adequada, apesar da publicação das diretrizes políticas e metas do Ministério do Turismo, requerendo um esforço maior das equipes técnicas de trabalho;
- problemas e morosidade na tramitação dos procedimentos e processos para a celebração dos instrumentos exigidos para a execução do orçamento;
- dificuldades dos proponentes em atender os critérios para as transferências voluntárias de recursos, em particular, comprovar a regularidade fiscal e tributária;
- dificuldade de alguns proponentes em aportar contrapartida financeira; e
- dificuldade de recebimento de projetos elaborados pelo poder público municipal voltados à produção associada ao turismo.

Para reduzir o impacto destas dificuldades é acionada a rede de entidades e instituições em todo território nacional, que é mobilizada pelo MTur para a gestão descentralizada do Plano Nacional do Turismo, nas três esferas de governo, iniciativa privada e terceiro setor. O objetivo é fortalecer a participação dos diferentes atores no processo de gestão e desenvolvimento da atividade turística.

Além disso, no âmbito do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo, da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, foi criado Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de subsidiar o GT de Convênios do MTur, propondo sugestões de adequação nos formulários contidos no Manual de Formalização de Convênios e orientações que facilitem a elaboração de projetos com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo na tentativa de reduzir o tempo demandando com orientações para formalização dos instrumentos.

Desempenho operacional

O Fomento à Produção Local e a Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos se dá pela sensibilização, mobilização e capacitação de comunidades artesãs, empresariado e produtores pertencentes a segmentos econômicos que estão associados ao turismo, com o intuito de agregar valor à oferta turística e possibilitar a ampliação de alternativas de emprego e renda, e assim cooperar para fortalecer a imagem do Brasil.

Têm-se verificado, por meio do acompanhamento técnico direto (comparecimento a oficinas de capacitação, eventos, visitas técnicas) e indireto (por meio da solicitação de relatórios e diligências) que os objetos propostos têm tido efetividade e conformidade com os objetivos estratégicos dessa unidade. Há, no entanto, que se reconhecer, que as ações de fomento ao setor da produção artesanal, que são de relevância para a agregação de valor à oferta turística por suas capacidades de materializar a identidade cultural de um povo num dado destino, possuem características próprias e fragilidades intrínsecas (sazonalidade da matéria prima, atividade de renda complementar ao cotidiano e a outras atividades produtivas, etc.), que diferentemente do setor produtivo tradicional impactam nos índices almejados por este Ministério.

5.3 Ação 4054 – Valorização e Disseminação dos Produtos Associados ao Turismo

Tipo	Atividade
Finalidade	Exaltar os atributos de qualidade e de diferenciação dos produtos associados ao turismo para despertar o interesse dos turistas em conhecê-los e consumi-los
Descrição	Apoio aos produtos (artesanal, industrial, serviços e cultura, dentre outros) com potencial de associação ao turismo, valorizá-los e disseminá-los para potencializar os resultados esperados: agregar valor ao turismo, ampliar mercado e, em conseqüência, gerar emprego e renda.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Regina Cavalcante
Responsável pela execução da ação no nível local	

Resultados

Entre os segmentos apoiados pela Ação “Valorização e Disseminação dos Produtos Associados ao Turismo” durante o ano de 2008 estão a cultura, a agricultura, a gastronomia, o artesanato e as jóias. Os avanços destacam-se na participação e apoio às feiras e eventos, realização de exposições e confecção de publicações.

O apoio para a implementação desta Ação se dá de forma prática por meio da confecção de material de mídia, multimídia, impresso, bem como a participação em feiras, eventos e rodadas de negócios. Espera-se dessa forma contribuir para a agregação de valor aos produtos turísticos associando-os àqueles produtos de uma determinada região que detenham seus atributos naturais e/ou culturais.

Entre as realizações ligadas à cultura foi realizada exposição fotográfica sediada no Palácio do Planalto em Brasília /DF durante os dias 13 de fevereiro a 02 de março de 2008. Esta exposição foi fruto do Projeto Integrado de Fotografia – “Imagens do Povo – Esporte na Favela”. As imagens recolhidas pelas lentes de 17 fotógrafos da Escola de Fotógrafos Populares mostravam diversas modalidades esportivas praticadas num conjunto de 13 favelas localizadas nas vias de acesso ou no entorno dos locais onde ocorreram competições dos Jogos Pan-americanos, e imagens colhidas durante a realização dos Jogos Parapan-americanos.

O objetivo dessa ação era proporcionar aos visitantes deste ponto turístico da Capital do País a oportunidade de ter uma visão do universo que o esporte congrega num conjunto de práticas sociais que perpassam pelo respeito à diversidade – seja no campo étnico, racial ou sócio-econômico. Pretendeu-se também levantar a discussão sobre a contribuição e a herança que eventos esportivos da importância dos Jogos Pan-americanos deixam no cotidiano de comunidades de baixa renda.

Por meio da celebração de convênio foi dado apoio na viabilização de conteúdo de mídia e multimídia para composição de espaço localizado na cidade de São Paulo intitulado “Casa de Minas” cujo objetivo é promover e divulgar os destinos turísticos mineiros traduzidos na associação com seus produtos de destaque. Esta ação está baseada na diversidade cultural de Minas Gerais, identificada como um dos seus principais atrativos capazes de encantar e estimular o fluxo de visitantes para o Estado, bem como a captação de eventos. A cidade de São Paulo foi escolhida por ser o principal centro financeiro da América do Sul e por receber, permanentemente, visitantes e investidores do mundo inteiro.

Os produtos pequena agricultura brasileira tiveram seu papel no arranjo do turismo valorizado por meio da produção de publicação e CD de mídia intitulados “Caminhos do Brasil Rural – agricultura familiar, turismo e produtos associados”. Esta ação, realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, buscou promover o potencial da agricultura familiar como fornecedor de produtos associados ao turismo, em especial ao segmento do turismo rural, bem como divulgar aqueles destinos onde a agricultura familiar é atuante no arranjo do turismo local transformando sua produção, seus saberes e fazeres, na principal motivação para a visitação turística.

A integração dos setores do turismo e da agricultura foi destaque também na participação em feiras e eventos. Nesse sentido cumpre citar a montagem do Mercado da Agricultura Familiar na 3ª edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, e a montagem de um “Espaço Gourmet” na V Feira Nacional da Agricultura Familiar, cujo objetivo foi viabilizar a realização de oficinas com degustações de receitas elaboradas por chefs com produtos oriundos da agricultura familiar das 5 regiões brasileiras.

A Vitrine Brasil, montada no Salão do Turismo, principal evento do turismo no Brasil, em São Paulo, é destaque desta ação. Este espaço cenografado cujo tema era “Produtos Brasileiros: Tesouro que o turista leva para casa” abrigou a produção associada ao turismo, com lojas de artesanato, produtos da agricultura familiar, mostra de técnicas de produção de artesanato, exposição e oficina de Jóias, além das manifestações artísticas e da área de gastronomia.

Ainda sobre a promoção dos produtos associados ao turismo em feiras e eventos, cita-se o apoio à “36ª Feira das Américas (ABAV 2008)” cuja estratégia foi a descentralização de recursos financeiros para que cada Unidade da Federação, por meio dos Órgãos Oficiais de Turismo, pudesse optar pela escolha de seus produtos associados ao turismo considerados de maior destaque.

Seguindo a tendência mundial de valorização da preservação do meio ambiente, a disseminação e promoção dos produtos da biodiversidade da floresta amazônica brasileira foram foco da promoção do destino Amazonas no exterior, associando-os ao segmento do ecoturismo. Dessa forma, por meio da descentralização de recursos para o Órgão Oficial de Turismo desse Estado, buscou-se aumentar o fluxo de turistas, conscientizar acerca da preservação ambiental do destino, sensibilizar formadores de opinião para a realidade e potencialidade

econômica e turística do Amazonas e sua posição estratégica dentro da América do Sul, e ainda atrair a atenção da mídia para este destino.

Ainda em 2008, a gastronomia brasileira foi trabalhada por meio da continuidade do Festival Gastronômico Brasil Sabor 2008. Esta ação estimulou a repercussão espontânea na mídia com foco na gastronomia como produto associado ao turismo, apoiou bares e restaurantes com confecção de material promocional e ainda destacou a gastronomia brasileira como diferencial competitivo para o turismo.

A descentralização de recursos para a execução da finalidade desta ação foi efetivada na sua maioria por transferência voluntária. Os projetos foram celebrados por meio de convênio.

Quadro 5.3 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
15	4.800.000,00	11	1.981.059,78

Fonte: Sigtur

Cumpra observar que para a análise e aprovação dos projetos, a orientação estratégica considera as diretrizes apontadas pelo Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 em especial aquelas ditadas pelo Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo em seu Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo.

Com relação ao desenvolvimento das atividades da ação orçamentária e o não cumprimento integral das metas física e financeira, conforme o programado, observamos que foram enfrentadas algumas dificuldades. Neste sentido destacam-se:

- dificuldades dos proponentes no preenchimento do formulário de plano de trabalho de forma adequada apesar da publicação das diretrizes políticas e metas do Ministério do Turismo, requerendo um esforço maior das equipes técnicas de trabalho;
- problemas e morosidade na tramitação dos procedimentos e processos para a celebração dos instrumentos exigidos para a execução do orçamento;
- dificuldades dos proponentes em atender os critérios para as transferências voluntárias de recursos, em particular, comprovar a regularidade fiscal e tributária;
- dificuldade do proponente em aportar contrapartida financeira;
- dificuldade de adequação ao novo sistema de convênios do Governo Federal por parte do proponente e do Ministério.

Para reduzir o impacto destas dificuldades é acionada a rede de entidades e instituições em todo território nacional, que é mobilizada pelo MTur para a gestão descentralizada do Plano Nacional do Turismo nas três esferas de governo, iniciativa privada e terceiro setor. O objetivo é fortalecer a participação dos diferentes atores no processo de gestão e desenvolvimento da atividade turística.

Após o período de implementação e adaptação ao SICONV espera-se facilitar o processo de adequação por parte dos proponentes às exigências técnicas para apresentação da proposta técnica dos projetos e com isso ampliar o número de projetos apoiados ampliando a execução das metas física e financeira para 2009.

Desempenho operacional

As atividades relacionadas à valorização e disseminação dos produtos associados ao turismo se dá pela mobilização de recursos para o apoio à divulgação e à promoção desses produtos e seus destinos relacionados.

No caso onde a execução da Ação ocorre por meio da descentralização de recursos financeiros, tem-se verificado através do acompanhamento técnico direto - com o comparecimento aos eventos e visitas técnicas - que existe um esforço efetivo de ampliação do conceito de promoção do turismo, onde os parceiros executores incluem

na sua estratégia de promoção àqueles produtos associados considerados detentores dos atributos naturais e culturais dos destinos trabalhados.

No caso onde a execução é direta – produção de material promocional, montagem de eventos – o esforço empenhado pelo Ministério do Turismo vem sendo desenvolvido no sentido de agregar valor ao turismo, ampliar mercado e conseqüentemente gerar emprego e renda.

5.4 Ação 4590 – Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao turista e aumentar a empregabilidade e competência dos profissionais associados ao turismo.
Descrição	Promoção e apoio à qualificação e ao aperfeiçoamento dos profissionais associados ao turismo, buscando a melhoria da qualidade dos cursos ofertados e sua maior identificação com a demanda apresentada pelo mercado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Regina Cavalcante
Responsável pela execução da ação no nível local	

Fonte: Sigtur

Resultados

Nesta área inclui-se o conjunto de ações relativas à qualificação dos diversos tipos de profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo bem como ações voltadas a sensibilização da população local quanto à importância da sua participação para o sucesso e o desenvolvimento sustentável da atividade.

No turismo a qualificação tem como premissa a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turista e o aumento da empregabilidade e competências dos profissionais associados ao turismo. A área também apóia a produção de metodologias pedagógicas apropriadas ao desenvolvimento de competências profissionais e a inserção profissional, através de projetos de: qualificação e aperfeiçoamento de profissionais, de gestores de empreendimentos e equipamentos turísticos, de gestores das políticas públicas do turismo, tanto do setor público quanto do privado, de educação para turismo voltados para a população local, qualificação profissional de jovens, bem como, projetos de desenvolvimento e elaboração de metodologias, ferramentas e materiais de suporte, a realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda, realização de promoção e disseminação de informações, a elaboração e revisão de normas técnicas e a avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico.

Destacam-se como principais ações do programa: o fomento a projetos de qualificação profissional das pessoas que atuam no turismo e o apoio à qualificação profissional das pessoas em situação de desocupações em regiões com investimentos de impacto no setor.

As ações de qualificação se fazem necessárias para a melhoria da prestação de serviços turísticos e de apoio à estruturação turística. Estas atividades contribuem para a sustentabilidade dos destinos e resultam em desdobramentos positivos para outros setores econômicos e para a sociedade, e como conseqüência do aumento da competitividade do setor e/ou sua organização promovem a geração de emprego e renda, bem como a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Ainda é insuficiente o controle de qualidade da prestação de serviços, que é agravado pelo baixo índice de escolaridade dos profissionais ocupados no setor e pela ausência de uma mão-de-obra qualificada. Estes fatores afetam a produtividade das empresas e repercutem negativamente na sustentabilidade dos destinos turísticos.

A qualificação dos profissionais envolvidos no turismo é prioridade do Ministério do Turismo e vem sendo trabalhada de maneira sistêmica por meio do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Turismo. Este Departamento busca desenvolver ações em consonância com o Programa de Regionalização e demais programas de estruturação da oferta dos produtos e serviços turísticos em curso no Ministério, que objetivam o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Entre elas destaca-se a de qualificar 65 municípios indutores, com padrão de mercado internacional, e criar condições para gerar 1.7 milhões de novos empregos e ocupações.

Os projetos de Qualificação profissional devem ser elaborados em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional do Turismo – PNT e do Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo.

No ano de 2008 o MTur, dando continuidade às ações de qualificação, ampliou suas parcerias em todo o País com estados, municípios e organizações não-governamentais, o que propiciou a implementação de novos projetos com abrangência nacional, atingindo mais de 250 municípios e beneficiando cerca de 66.000 pessoas.

Foram aprovados em 2008 projetos para qualificação e melhoria dos serviços turísticos em aproximadamente cinco regiões do país e atendeu variadas ocupações das quais podemos destacar: recepcionistas, agentes de viagens, camareiras, condutores em turismo de aventura, taxistas, atendentes de reservas, arrumadores, cozinheiros, guias de turismo, motoristas de bugues, entre outras.

A implementação destes projetos representa um comprometimento orçamentário na ordem de 72,11%, que totaliza o valor de R\$ 24.946.904,64, cuja execução financeira corresponde a um total R\$ 5.702.095,29. O saldo remanescente foi inscrito em restos a pagar, tendo em vista que parte dos projetos foram apoiados no último trimestre do exercício. Esta execução resulta no alcance de aproximadamente 65.883 pessoas beneficiadas com a qualificação profissional em diferentes ocupações do setor turístico.

Nesta ação foram realizadas despesas com diárias e passagens, no montante de R\$36.527,88 para o acompanhamento técnico dos projetos, participações em reuniões e eventos.

Quadro 5.4 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
13.500	34.594.800,00	65.883	24.946.904,64

Fonte: Sigtur

Registra-se o projeto juntamente com a Fundação Roberto Marinho que tem como objeto a oferta de cursos à distância e/ou on line para os agentes atuantes do receptivo na cadeia produtiva do turismo. O projeto vem ao encontro da necessidade de consolidar o país como destino turístico internacional durante a Copa do Mundo de 2014 e está sendo implantado por meio de contrato.

O projeto prevê o desenvolvimento da metodologia e a oferta de vagas para pessoas, nos cursos de inglês ou espanhol, em 03 capitais e em municípios do entorno, totalizando 80.000 beneficiados.

Vale destacar também a continuidade de alguns projetos de abrangência nacional face aos resultados alcançados tais como:

- “Programa de Gestão Estratégica para bares, restaurantes e similares, hotéis, pousadas e meios de hospedagens”, tem como meta a formação de 384 multiplicadores especializados através de oficinas realizadas nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro- Oeste/Norte, divididos em 12 turmas, em 2008, 9 turmas já foram concluídas, com um total de 242 multiplicadores treinados. Outra meta que vale ressaltar é a sensibilização para a importância da qualificação de Empresários e Gestores, foram realizados, em 2008, 23 workshops, com uma sensibilização de 82,8% dos 64 sindicatos previstos.

- Programa de Qualificação à Distância para o Desenvolvimento do Turismo resultou em uma importante ferramenta para a difusão de conhecimentos fundamentais sobre programas em atividades relacionadas à política pública para o Turismo. No exercício foi realizado o curso de regionalização do Turismo, para cerca de 3000 mil participantes, com apenas 3% de desistência. Este curso obteve uma avaliação positiva dos alunos e dos gestores do MTur, uma vez que foi realizado por meio da educação à distância e com o uso de tecnologia de aprendizagem. Desta forma, permitiu amplo acesso a ferramentas e conteúdos do programa de regionalização no que se refere à: Meio Ambiente, Ação Concertada, Sensibilização e Mobilização, Governanças Regionais, Projetos e Plano Estratégico, Roteirização, Marketing e Formação de Redes.

Os participantes do curso estão distribuídos em todos os estados da federação e foram selecionados entre os mais de seis mil inscritos com base no seguinte perfil:

- ✓ Funcionários de carreira dos órgãos municipais de turismo;
 - ✓ Integrantes das instâncias de governança das regiões turísticas;
 - ✓ Empresários e funcionários de instituições e/ou empresas privadas;
 - ✓ Servidores públicos municipais, estaduais ou federais, relacionados às áreas de meio ambiente, cultura, esporte e lazer, agricultura e Desenvolvimento Agrário e Planejamento.
- “Programa Aventura Segura” apoiou a realização do maior evento de relacionamento do mercado de aventura e natureza do mundo: o “Adventure Travel World Summit – South America - ATWS-AS” realizado em São Paulo, nos dias 3 a 7 de setembro de 2008 com o total de 944 participantes, oriundos de 32 países com objetivo de induzir o relacionamento, o desenvolvimento de parcerias e oportunidades de negócios para este segmento.

O grande desafio da Ação é minimizar cada vez mais as dificuldades encontradas pelos parceiros em apresentar e implementar projetos de forma a contribuir eficazmente para melhoria da qualidade. Dentre as dificuldades destacam-se:

- levantamento de pesquisa de demanda por qualificação técnica empresarial e profissional;
- desenvolvimento de conteúdo dos cursos observando as normas técnicas de ocupações já existentes;
- desenvolvimento de metodologias para o acompanhamento e avaliação dos resultados;
- capacidade de alguns proponentes em aportar a contrapartida;
- dificuldades na elaboração do plano de trabalho de forma adequada às diretrizes políticas do Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, e metas do MTur definidas no Plano Nacional de Turismo, e ainda, dificuldades na adaptação da implementação de inserção de projetos no novo sistema de convênios do governo: SICONV (Sistema de Convênios);

Desempenho operacional

Os resultados alcançados em 2008 podem ser verificados com o cumprimento das metas físicas e orçamentárias da ação, de acordo com as informações disponíveis no Sistema Integrado de Gestão do Turismo (Sigtur). Verifica-se que a finalidade da ação está sendo cumprida por meio da implementação dos projetos de qualificação para fomentar a competitividade dos destinos turísticos com a melhoria da qualidade dos serviços e produtos ofertados com a concretização dos investimentos programados no exercício.

Quanto à meta física, superior à inicialmente prevista de 13.500 mil pessoas qualificadas, cumpre esclarecer que sua contabilização refere-se também a projetos aprovados no fim do exercício de 2008. Ressalta-se que os programas do Ministério do Turismo na área de qualificação são executados na maioria por meio de apoio a projetos de órgão de governo estadual e municipal e da administração direta e indireta e de entidades sem fins lucrativos.

Para acompanhar a execução dos projetos apoiados são adotados como procedimentos e instrumentos: diligências, relatórios de visitas técnicas, relatórios encaminhados pelo conveniente, reuniões com o conveniente e participação em eventos.

5.5 Ação 4030 – Certificação de Empreendimentos, Equipamentos e Produtos do Segmento Turístico

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade dos empreendimentos, equipamentos e produtos turísticos.
Descrição	Apoio à elaboração de normas e regulamentos, assim como a avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos e produtos do segmento turístico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	Convenentes/Contratados
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Regina Cavalcante
Responsável pela execução da ação no nível local	

Fonte: Sigtur

Resultados

Este programa visa assegurar a qualidade dos empreendimentos, equipamentos e produtos turísticos, por meio do apoio a criação e a disponibilização de normas referente a produtos e serviços relacionados às atividades do turismo e o trabalho é desenvolvido com base nas necessidades quantitativas e qualitativas do setor. Destacam-se como principais ações do programa: promoção a normalização das ocupações e atividades do turismo, criação e apoio a programas de certificação no âmbito do sistema brasileiro de certificação (exemplo: turismo de aventura, pessoas, sustentabilidade para meios de hospedagem, dentre outros), incentivo à implementação dos procedimentos para certificação dos empreendimentos turísticos, que tem como referência o número de profissionais certificados do setor.

A Certificação de Empreendimentos, Equipamentos e Produtos do Segmento Turístico é a maneira de organizar atividades pela elaboração, publicação, promoção do emprego e utilização de regras e normas técnicas, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social de uma região, um país ou um segmento.

O incentivo à criação e a publicação de normas técnicas no turismo tem como objetivos:

- promover a qualidade dos produtos turísticos no Brasil;
- sistematizar o conjunto de normas e regulamentos que dispõem sobre a prestação de serviços e equipamentos turísticos no país;
- estabelecer em cooperação com as entidades representativas dos segmentos turísticos, normas, padrões e regulamentos relativos aos serviços prestados para referenciar os programas de qualificação profissional, estimulando a criação do “Sistema Brasileiro de Certificação”.

A efetiva utilização das normas técnicas em ocupações do turismo vem ao encontro da busca por qualidade no setor, item imprescindível considerando-se que sua base é a prestação de serviços. Atualmente existem 60 normas técnicas em vigor. Para incentivar o uso dessas normas o MTur contratou a disponibilização gratuita das mesmas pela ABNT. Segundo o histórico de acompanhamento apresentado pela contratada foram registrados 35.683 visualizações, 13.104 impressões e 35.445 acessos. Diante desses números é possível concluir que houve aumento considerável no interesse de pessoas relacionadas ao turismo em se adequarem às normas o que certamente trará estímulo ao diálogo, ao entendimento de problemas comuns e a profissionalização.

É importante ressaltar que as normas técnicas desenvolvidas têm sido utilizadas amplamente por operadores e profissionais do segmento do turismo de aventura. As instituições que desenvolvem ações de qualificação também têm enfatizado a prática da aventura segura.

A implementação desta ação representa um comprometimento orçamentário na ordem de 74,25% que totaliza o valor de R\$ 1.990.002,00, cuja execução financeira corresponde a um total R\$ 80.000,00. O saldo remanescente foi inscrito em restos a pagar.

Quadro 5.5 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
290	2.680.000,00	0	1.990.002,00

Para fortalecer esse sistema, o MTur em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP buscou viabilizar o desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços turísticos, por meio da avaliação da conformidade e incentivo à acreditação de organismos certificadores na área de turismo.

Por razões de ordem operacional a referida parceria esta suspensa em atendimento à decisão proferida pelo Egrégio Tribunal da União nº 2218/2008 – Plenário. O procedimento necessário para a retomada das ações desta parceria foram adotadas pelo MTur. Para o exercício de 2009 será estuda alternativas para executar as atividades da ação conforme posicionamento do Tribunal. Observamos que a suspensão da parceira com o IBQP comprometeu a execução da meta física desta ação.

Outra atividade importante no âmbito desta ação prevê a participação de delegações brasileiras nos principais fóruns internacionais de normalização, objeto de contrato celebrado entre MTur e ABNT.

Ressalta-se ainda a participação de técnicos brasileiros em 3 reuniões de âmbito internacional, consistindo (02) duas reuniões da Associação Mercosul de Normalização (AMN), (01) uma reunião da International Organization for Standardization (ISO).

Essas ações visam fortalecer a certificação dos empreendimentos, produtos e serviços no turismo, mas esse processo ainda esbarra na incipiência do Sistema de Certificação, já que o Brasil não possui órgãos certificadores no setor.

Desempenho operacional

A execução da ação pode ser verificada com o cumprimento das metas financeiras, de acordo com as informações disponíveis no Sistema Integrado de Gestão do Turismo (Sigtur). Vale ressaltar que a meta física desta ação foi comprometida com a suspensão da parceira com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) em atendimento à decisão proferida pelo Egrégio Tribunal da União nº 2218/2008 – Plenário.

Para acompanhar a execução dos projetos apoiados são adotados como procedimentos e instrumentos: diligências, relatórios de visitas técnicas, relatórios encaminhados pelo conveniente, reuniões com o conveniente e participação em eventos.

5.6 Ação 4198 – Certificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo

Tipo	Atividade
Finalidade	Objetiva referenciar o mercado e consumidores nas suas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços
Descrição	Apoio a elaboração de normas e regulamentos, assim como a avaliação e certificação de profissionais associados ao turismo
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	Convenientes/Contratados
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Regina Cavalcante
Responsável pela execução da ação no nível local	

Fonte: Sigtur

Resultados

A Certificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo é considerada pelo Plano Nacional do Turismo uma ferramenta fundamental para o aumento da satisfação dos turistas, além de contribuir para a inclusão social, à medida que possibilita uma melhor inserção e maior permanência no mercado de trabalho.

A normalização oferece padrões mínimos de qualidade e segurança, que ao serem adotados garantem a certeza da oferta do melhor produto. Assim, são trabalhadas ao mesmo tempo a satisfação do consumidor, a segurança da sociedade e a manutenção de um mercado de turismo competitivo e estável.

É importante ressaltar que as normas técnicas desenvolvidas têm sido utilizadas amplamente por operadores e profissionais do segmento do turismo de aventura. As instituições que desenvolvem ações de qualificação também têm enfatizado a prática da aventura segura.

Cumprir informar que a parceria do MTur com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP, contempla ações pertinentes à certificação de pessoas, com o desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços turísticos, por meio da avaliação da conformidade e incentivo à acreditação de organismos certificados na área de turismo, como segurança no turismo de aventura e sustentabilidade de meios de hospedagem.

A referida parceria está suspensa em atendimento à decisão proferida pelo Egrégio Tribunal da União nº 2218/2008 – Plenário. Os procedimentos necessários para a retomada das ações desta parceria foram adotadas pelo MTur. Para o exercício de 2009 serão estudadas alternativas para executar as atividades da ação conforme posicionamento do Tribunal.

Tendo em vista a suspensão da parceria com o IBQP verificamos o comprometimento no que se refere à execução da meta física desta ação.

Face à suspensão da execução das ações da parceria com o IBQP, observamos que os gastos R\$27.264,10 representam as despesas com diárias e passagens para acompanhamento das atividades e participação em eventos internacionais sobre a certificação no setor turístico.

Quadro 5.6 – Metas e resultados da ação

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
36.250	2.384.262,10	0	27.264,10

Fonte: Sigtur

Desempenho operacional

Consideramos o comprometimento das metas física e financeira devido à suspensão da parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) em atendimento à decisão proferida pelo Egrégio Tribunal da União nº 2218/2008 – Plenário.

Sendo assim, cumpre informar que os gastos R\$27.264,10 representam as despesas com diárias e passagens para acompanhamento: diligências, relatórios de visitas técnicas, relatórios encaminhados pelo conveniente, reuniões com o conveniente e participação em eventos internacionais sobre a certificação no setor turístico.

6. DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO TURISMO – DFPIT

6.1 Ação 2C01- Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos no Âmbito do Ativo Turístico Brasileiro

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver ações para divulgação das oportunidades de investimentos no Brasil por meio de eventos nacionais e internacionais, estudos, pesquisas e análises das oportunidades de investimentos no setor turístico brasileiro para efeito de captação de investimentos, orientação e informação do investidor.
Descrição	Conjunto de estudos e pesquisas e divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento no setor turístico brasileiro.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Turismo
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Políticas do Turismo - SNPTur
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo – DFPIT / SNPDTur
Coordenador nacional da ação	Hermano Goncalves de Souza Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	DFPIT / SNPDTur

Resultados

A elaboração de estudos, pesquisas e análises das oportunidades de investimentos no setor turístico brasileiro se insere no conjunto de ações desenvolvidas no âmbito do Macroprograma Fomento à Iniciativa Privada, integrante do Plano Nacional do Turismo – 2007/2010. Trata-se de ação essencial para subsidiar a formulação e execução de políticas públicas voltadas para o crescimento das atividades turísticas exercidas pela iniciativa privada.

O fomento aos negócios turísticos constitui um importante item do planejamento estratégico, uma vez que visa fortalecer as atividades dos agentes econômicos que atuam no setor e, com isso, promover o desenvolvimento sustentável do turismo. Para tanto, o Ministério do Turismo mantém, no decorrer do exercício, uma permanente articulação com os diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo.

A partir dos resultados dos estudos e das pesquisas, o Ministério desenvolve ações integradas com os diversos segmentos turísticos, mediante participação conjunta em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no país e no exterior. Os encontros com representantes do trade constituem excelentes oportunidades para divulgação das potencialidades do Brasil como um destino promissor para implantação de empreendimentos turísticos.

As informações extraídas dos estudos e pesquisas servem de ferramentas para o planejamento das atividades do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo – DFPIT, responsável pela execução da ação, a quem compete a atribuição de promover e captar investimentos internos e externos, em busca dos seguintes objetivos:

- geração de novos postos de trabalho por meio da ampliação e diversificação das instalações turísticas;
- divulgação das oportunidades de investimentos no turismo, buscando sensibilizar potenciais investidores para o crescimento da atividade no Brasil;
- ampliação e melhoria da oferta de equipamentos e serviços turísticos, notadamente nos 65 destinos indutores do desenvolvimento;
- identificação de projetos atrativos nas regiões e destinos turísticos;
- captação de investidores para projetos localizados em regiões remotas, ainda não desenvolvidas;
- fortalecimento de parcerias com os agentes financeiros oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia);
- criação ou adequação de produtos e serviços financeiros voltados para as atividades turísticas;

- elaboração de propostas para solução de gargalos existentes no acesso ao crédito de fomento;
- incentivo a um entendimento entre empresários da cadeia produtiva do turismo e o sistema financeiro; e
- formulação de propostas para desoneração das atividades turísticas no país.

Realização de Estudos e Pesquisas

O conhecimento dos diversos aspectos da atividade produtiva do turismo representa um valioso subsídio nas ações de formulação de políticas de fomento aos negócios turísticos da iniciativa privada. Com essa convicção, o Ministério do Turismo/DFPIT promoveu no exercício de 2008 a realização dos seguintes estudos/pesquisas sobre oportunidades de investimento no ativo turístico brasileiro:

- Plano de Competitividade para o Setor de Transporte Aéreo Regional - para realização do trabalho, o Ministério do Turismo celebrou, em 24.10.2008, convênio com a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional – ABETAR, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais). Desse total, o Ministério do Turismo desembolsou, em 18.12.2008, a importância de R\$ 160.200,00 (cento e sessenta mil e duzentos reais), cabendo ao proponente a contrapartida de bens e serviços no valor de R\$ 17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais).

O estudo visa propor o aumento da competitividade das empresas do setor, mediante análise e busca de simplificação da cobrança de tributos sobre a cadeia produtiva do transporte aéreo regional. Como resultado, espera-se eliminar distorções que prejudicam o crescimento e o desenvolvimento do setor, melhorando a competitividade das empresas, por meio da equalização de custos. A conclusão do estudo está prevista para maio de 2009.

- Pesquisa de Avaliação de Oportunidade de Investimento para o Setor de Turismo no Distrito Federal – trabalho desenvolvido mediante convênio com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal – SEBRAE/DF, firmado em 31.12.2008. O objetivo da pesquisa é levantar informações estratégicas que permitam um diagnóstico sobre as oportunidades de investimentos para o setor de turismo no Distrito Federal.

O estudo deverá propiciar a produção de conhecimento relevante para o desempenho da atividade turística na região, com indicação das possibilidades de aproveitamento dos potenciais de negócios no turismo local. Além disso, pretende-se que os resultados da pesquisa venham a oferecer subsídios para definição de prioridades em investimentos, em busca de melhoria na qualidade do destino Distrito Federal.

O valor total para realização da pesquisa corresponde a R\$ 149.936,87 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos), em que o Ministério do Turismo participa com R\$ 134.943,18 (cento e trinta e quatro reais, novecentos e quarenta e três reais e dezoito centavos), valor objeto de empenho em 24.12.2008. A contrapartida financeira do SEBRAE/DF corresponde a R\$ 14.993,69 (quatorze mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos).

O trabalho deverá ser concluído em junho de 2009.

Além do estudo e da pesquisa acima descritos, o Ministério firmou Termo de Parceria com o Instituto Marca Brasil – IMB, em 20.10.2008, com a finalidade de apoiar empreendedores nacionais na apresentação de projetos para investidores internacionais e contribuir para consolidação de parcerias de ações de formação de rede de negócios.

Como resultado do acordo firmado em torno do Projeto Investimentos em Hospitalidade – Mercado Imobiliário Turístico, espera-se ampliar as possibilidades de novas negociações entre empreendedores do mercado turístico nacional com investidores internacionais, proporcionando a celebração de parcerias para a atuação no mercado de qualificação dos serviços imobiliários turísticos. Para realização do projeto, o Ministério participou com o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), desembolsado em 23.10.2008.

No exercício em apreço, a Fundação João Pinheiro, contratada em 2006, concluiu o estudo sobre Impacto do Turismo nas Finanças Municipais. O trabalho apresenta uma análise dos impactos da atividade turística nas

finanças municipais, sinalizando um melhor aproveitamento pelos municípios dos benefícios econômicos alcançados com a atividade no crescimento das economias locais.

Participação em Grandes Eventos Nacionais do Turismo

No exercício de 2008, o DFPIT participou de importantes eventos nacionais da cadeia produtiva do turismo, onde foram desenvolvidas ações de atração de investimentos para o ativo turístico brasileiro e divulgação dos programas oficiais de financiamento para as atividades do setor. Foram priorizados os eventos a seguir relacionados, que indicavam presença de público-alvo com potencial para investir no turismo:

- Convenção SECOVI, São Paulo (SP) – com o objetivo de fomentar o imobiliário turístico do país, com foco nas oportunidades de investimentos decorrentes da realização da Copa do Mundo no Brasil, ocasião em que foi proferida palestra sob o título Copa do Mundo 2014 – Oportunidades para o Setor de Turismo;
- Encontro Internacional de Investimentos Turísticos e Imobiliários do Nordeste Brasileiro - Nordest Invest 2008, Recife (PE) – evento voltado para a promoção de investimentos turísticos e imobiliários na região Nordeste;
- Workshop da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, São Paulo (SP) - encontro cujo principal ponto se referiu à qualificação e orientação da categoria de trabalhadores em turismo e hospitalidade, em que o MTur respondeu pelo tema “Turismo como fator de Desenvolvimento Econômico”;
- Seminário: Programas de Financiamento para o Turismo – Como ter Acesso ao Crédito, Blumenau (SC) – evento promovido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo e o Blumenau Convention & Visitors Bureau, com a finalidade de ampliar a divulgação dos programas oficiais de financiamento junto a potenciais investidores da atividade turística de Blumenau e região. Na ocasião, o público-alvo do seminário, constituído por pequenos e médios empresários do Vale do Itajaí, recebeu orientação sobre os procedimentos operacionais para acessar o crédito de fomento do turismo;
- III Salão do Turismo, São Paulo (SP) – evento em que a equipe do DFPIT coordenou o estande INVESTINDO NO TURISMO, que contou com a presença de representantes do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE e dos agentes financeiros federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia). No local foi oferecido aos empreendedores do turismo um serviço de consultoria sobre assuntos ligados às linhas de financiamento para o setor e os procedimentos para acesso ao crédito. No Núcleo do Conhecimento do Salão, espaço reservado para palestras e debates, a equipe do DFPIT promoveu as seguintes atividades: a) realização do case “Pousada do Toque – Um Novo Conceito em Hospedagem”, caso de sucesso de um pequeno empreendimento turístico localizado no município de São Miguel dos Milagres, em Alagoas; b) palestra sobre o tema “O Investimento como Fator de Competitividade Empresarial”, proferida pelo representante do SEBRAE ; e c) fórum de debate enfocando o tema “O Financiamento como Instrumento de Competitividade Empresarial”, com a participação dos representantes dos bancos públicos federais;
- II Encontro Nacional de Comércio Exterior e Serviços, Rio de Janeiro (RJ) – tendo por tema “A Construção de uma Política de Exportação de Serviços”, o evento promoveu o debate de políticas para desenvolver a competitividade do setor terciário brasileiro no comércio internacional, buscando sensibilizar a sociedade sobre a importância da cadeia produtiva de serviços para a economia mundial, o potencial exportador do setor, assim como identificar e incrementar o apoio do setor público e da iniciativa privada para a implementação de uma política para o segmento;
- 50º Congresso Nacional de Hotéis – CONOTEL, Rio de Janeiro (RJ) – o Congresso apresentou como tópico principal a “Hotelaria no Terceiro Milênio”. Considerado um grande evento do segmento hoteleiro, a edição do CONOTEL em 2008 propiciou aos participantes discutir a

preparação da hotelaria brasileira para a Copa de 2014, no Brasil, e a pretensão do país em sediar as Olimpíadas de 2016;

- Adventure Travel World Summit, São Paulo (SP) - evento internacional de discussões sobre o setor de ecoturismo e turismo de aventura com o tema central “Turismo de Aventura e Natureza como Fator Chave de Desenvolvimento Sustentável”;
- Salão Imobiliário São Paulo – SISP, São Paulo (SP) – evento em que o MTur participou com estande de Investimento e Financiamento para o Turismo, local em que foram realizadas ações de prospecção e divulgação de oportunidades negociais no imobiliário turístico nacional e de promoção e estímulo ao financiamento das atividades turísticas, em particular aos projetos do turismo de segunda residência;
- 36º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens – ABAV 2008, Rio de Janeiro (RJ) - tendo como tema o “Turismo: Os Negócios Mudaram. E Você?”, a 36ª Exposição de Turismo e Congresso Brasileiro de Agências de Viagens – Feira das Américas foi dirigida, exclusivamente, ao público profissional, configurando a proposta de um amplo encontro de negócios;
- Seminário Futebol Top, Goiânia (GO) – evento em que o representante do MTur proferiu palestra no painel “Copa 2014 no Brasil - Desafios e Oportunidades” sobre o tema "Turismo e a Copa: Investimento e Legado para o Brasil";
- XII Conferência Brasileira de Investimentos em Hospitalidade, São Paulo (SP) – tendo como principal objetivo apoiar potenciais investidores e informar sobre as potencialidades do Brasil para realização de investimentos em hospitalidade, inclusive incentivos fiscais e financeiros disponíveis; e
- Fórum O Setor Imobiliário Turístico no Brasil, São Paulo (SP) - em parceria com o Instituto Marca Brasil - IMB, o MTur promoveu palestra sobre o setor imobiliário turístico no Brasil sob o título "Apresentação de Projetos de Turismo: Primeiro Passo para o Sucesso", que reuniu empresários do mercado imobiliário turístico.

A participação nos eventos nacionais do trade turístico permitiu aos representantes do Ministério proferir palestras e promover fóruns de debate sobre a política nacional de desenvolvimento do turismo. As ocasiões se mostraram propícias para promoção de investimentos e divulgação de programas de financiamento para o setor, em que se verificou intensa distribuição de material promocional, tais como, folders institucionais, cadernos de investimentos e folheteria sobre produtos e serviços financeiros voltados para as atividades turísticas do setor privado.

Participação em Grandes Eventos Internacionais do Turismo

No âmbito internacional, os trabalhos de promoção do ativo turístico brasileiro e de captação de investimentos externos foram realizados nos principais eventos da cadeia produtiva do turismo mundial. As ações desenvolvidas no exterior objetivaram incrementar o ingresso de divisas para o país e tornar o produto turístico brasileiro mais competitivo frente à concorrência internacional.

Assim, em parceria com instituições e entidades públicas e privadas ligadas à promoção do país no exterior, o Ministério do Turismo, por meio da equipe do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo – DFPIT, esteve presente, em 2008, nos seguintes eventos do turismo mundial:

- Missão a Joanesburgo (África do Sul) – a missão teve por objetivo conhecer as ações em desenvolvimento na África do Sul em face da Copa do Mundo de Futebol de 2010, a ser realizada naquele país. A visita da delegação brasileira serviu de benchmarkin para a programação de investimentos nas instalações turísticas brasileiras, com vistas aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil;

- Salão Imobiliário de Madri - SIMA 2008, Madri (Espanha) – evento mundial que reuniu compradores, investidores, incorporadores, imobiliárias, instituições financeiras, fundos de investimento, redes hoteleiras e profissionais de mais de 50 países. A participação do MTur/DFPIT com estande institucional promoveu a interação de gestores públicos do turismo com os agentes privados atuantes no mercado do imobiliário turístico internacional;
- Arabian Hotel Investment Conference 2008, Dubai (Emirados Árabes Unidos) – evento que propiciou aos investidores a oportunidade de conhecer as tendências das redes hoteleiras internacionais. Na ocasião, especialistas discorreram sobre as oportunidades de grandes investimentos no imobiliário turístico em todo o mundo;
- Arabian Travel Market, Dubai (Emirados Árabes Unidos) - feira profissional, com grande potencial de geração de negócios. Na ocasião, a delegação brasileira mostrou ao mercado do Oriente Médio os produtos, serviços e destinos turísticos do Brasil, apresentando as potencialidades do país para receber investimentos do turismo;
- Americas Competitiveness Forum – ACF, Atlanta (EUA) – o Fórum de Competitividade das Américas foi o ponto de encontro de ministros governamentais do Hemisfério Ocidental com as lideranças do setor privado, acadêmicos e organizações não-governamentais. O evento teve por objetivo debater idéias inovadoras e melhores práticas de competitividade aplicáveis aos diversos segmentos do turismo;
- JATA World Tourism Congress & Travel Fair, Tóquio (Japão) - um dos principais eventos turísticos da Ásia, em termos de extensão, composto por congresso com foco em temas relevantes para profissionais de viagens e turismo e feira para o público em geral. Da programação constou a realização de conferência de marketing com especialistas de outros mercados para compartilhar idéias sobre como revitalizar e promover o aprimoramento dos serviços que são oferecidos aos turistas japoneses;
- 1st South American Hotel & Tourism Investment Conference, Buenos Aires (Argentina) – evento cujo objetivo foi debater as necessidades do setor e conhecer as ferramentas necessárias para conseguir um crescimento rápido e sustentável do turismo, assim como a adequação das empresas às exigências dos turistas nacionais e internacionais. No estande institucional do MTur, os investidores receberam informações a respeito das políticas e ações governamentais na área de promoção e atração de investimentos. A equipe do DFPIT participou do painel “Oportunidades no Mercado Turístico Brasileiro”;
- Salão Imobiliário de Lisboa - SIL, Lisboa (Portugal) – evento internacional estruturado de forma a atrair visitantes e investidores originários de várias partes do mundo, que buscam propriedades, casas de veraneio e oportunidades de inversão no imobiliário turístico de Portugal, Brasil e demais países de língua portuguesa. A presença do MTur com estande consistiu em divulgar o Brasil como um destino promissor para implantação de empreendimentos turísticos, com foco nos segmentos da hotelaria e do turismo residencial. Na ocasião, foi proferida palestra com o seguinte tema: “Oportunidades de Investimentos para o Setor de Turismo – Evento Copa do Mundo 2014”;
- Barcelona Meeting Point, Barcelona (Espanha) – evento que teve por objetivo a captação de investimentos nos setores imobiliário e turístico, por meio de projetos comerciais, industriais e de infra-estrutura. A participação do MTur com estande institucional promoveu a interação dos gestores públicos com os agentes privados atuantes no mercado turístico. A equipe do MTur/DFPIT participou com palestra no Simpósio “Live & Invest in Brazil”, sobre o tema “Oportunidades de Investimentos para o Setor de Turismo – Evento Copa do Mundo 2014”;
- OPP LIVE, Londres (Inglaterra) - evento profissional do segmento imobiliário e turístico internacional, que possibilitou à equipe do Ministério do Turismo a oportunidade de contatar e estabelecer parcerias com corretores, agentes de vendas e associações dos mercados britânico, irlandês e escandinavo, com vistas à promoção de novos produtos, destinos e investimentos imobiliários e turísticos. No estande institucional, a delegação brasileira realizou ações de promoção e estímulo aos investimentos externos, prospecção de oportunidades negociais no imobiliário turístico brasileiro e divulgação dos programas de financiamento para o setor. A equipe

do MTur/DFPIT proferiu palestra com o tema: “Oportunidades de Investimentos para o Setor de Turismo – Evento Copa do Mundo 2014”;

- Seminário “Property Market and Prospects for Real Estate Investment in Brazil”, Londres (Inglaterra) – evento realizado em seguida ao OPP LIVE, na Embaixada do Brasil em Londres. O foco do seminário foi apresentar a potenciais investidores do turismo internacional as oportunidades de negócios no turismo brasileiro. Na oportunidade, também foram debatidas questões legais e fiscais ligadas à compra de propriedades no Brasil; e
- MIPIM Horizons, Cannes (França) – a participação da delegação brasileira serviu para formação de novos contatos, conhecer novas tendências de mercado, inovações e tecnologias para a indústria do imobiliário turístico. O Ministério do Turismo participou com estande institucional promovendo a interação de profissionais do setor hoteleiro internacional. A equipe do DFPIT atuou no painel “BRASIL: O Próximo Destino de Investimentos do Mundo”, proferindo palestra sobre os investimentos turísticos e de infra-estrutura programados pelo Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014.

Os grandes eventos internacionais do turismo constituíram excelentes oportunidades de captação de investimentos para o turismo brasileiro. Nas ocasiões, os representantes do Ministério do Turismo puderam apresentar aos empresários externos o cenário atual da economia nacional e as perspectivas favoráveis para implantação de empreendimentos turísticos no país. A presença do Ministério nos eventos e encontros internacionais também serviu para ampliar e fortalecer o canal de comunicação com empresários de várias partes do mundo, com potencial para investir no Brasil.

Ações de Revitalização do FUNGETUR

No exercício, vale destacar também as ações realizadas no âmbito do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, voltadas para o aprimoramento operacional do Fundo, enquanto instrumento governamental de apoio a projetos dos prestadores de serviços turísticos. Os trabalhos de revitalização redundaram na proposição de uma nova regulamentação concernente às operações e ao funcionamento do Fundo, aprovada por ato ministerial, e no estabelecimento das condições gerais de financiamento, norteadas pela atratividade e competitividade frente às demais linhas de crédito do mercado.

No ano de 2008, o MTur celebrou o 2º (segundo) termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2006 com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro do FUNGETUR, prorrogando a validade do contrato de prestação de serviços. A dotação orçamentária de 2008, no valor de R\$ 21,9 milhões, foi objeto de empenho no exercício, contudo, para a efetiva movimentação financeira, os recursos ficaram condicionados à apresentação de demanda relativa aos projetos avaliados pela Caixa Econômica Federal, passíveis de enquadramento nas normas do Fundo.

Com vistas à reestruturação do FUNGETUR e à consequente negociação dos ativos e passivos do Fundo, o Ministério do Turismo adotou as seguintes providências:

- eliminação e depuração sistemática de registros contábeis inconsistentes, que consideram a situação dos ativos e passivos do Fundo, presentes no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- consolidação dos controles internos impostos aos financiamentos remanescentes com recursos do FUNGETUR;
- reafirmação do compromisso de alienação da participação acionária, incluída no Plano Nacional de Desestatização, mediante o trabalho de atualização de dados cadastrais e de avaliação das demonstrações financeiras das empresas sob o regime de sociedade anônima, públicas e privadas, com a finalidade de atualizar os registros do patrimônio acionário do FUNGETUR; e
- reavaliação de recursos a restituir, em cumprimento ao art. 4º do Decreto-Lei nº 1.439/75, depositados voluntariamente a crédito do FUNGETUR, relativos a empreendimentos turísticos de 1997 até a presente data, os quais gozaram de redução de até 70% (setenta por cento) do imposto

de renda e adicionais não redutíveis, de modo a explicitar com segurança o valor da devolução e a identificação dos depositantes, no intuito de satisfazer o direito a esse benefício.

Ações para Desoneração das Atividades Turísticas do Setor Privado

No tocante às ações para desoneração dos segmentos produtivos da cadeia do turismo, o MTur deu prosseguimento, no exercício, às negociações iniciadas no ano anterior. Os trabalhos foram desenvolvidos junto ao Ministério da Fazenda – MF e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e objetivaram buscar meios para que as empresas que exercem atividades no setor de turismo venham a se beneficiar de incentivos fiscais, tributários e financeiros.

Cabe mencionar que os prestadores de serviços turísticos contam, atualmente, com alguns benefícios voltados para a desoneração de suas atividades, frutos de negociações desenvolvidas anteriormente, entre os quais merecem registro os seguintes:

- depreciação acelerada para bens móveis;
- redução de 10% para 5% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de fechaduras eletrônicas, utilizadas em hotéis e pousadas;
- redução a zero da alíquota do IPI de embarcações adquiridas por empresas nacionais;
- redução de 25% para 10% da alíquota do IPI para embarcações com mais de 12 pés, incentivando a venda no mercado interno; e
- possibilidade de as empresas do setor turístico, com faturamento de até R\$ 2,4 milhões, optarem pelo Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Em 2008, o MTur encaminhou aos órgãos competentes novas proposições referentes à desoneração do setor, visando estabelecer condições favoráveis ao investimento e à expansão das atividades turísticas desenvolvidas pela iniciativa privada. Os pleitos encaminhados ao MDIC se inserem no contexto das medidas governamentais da política de desenvolvimento produtivo do país, levadas a efeito pela Lei nº 11.774, de 17.09.2008, e se referem aos seguintes pontos:

- possibilidade de apropriação do crédito gerado na compra de bens de capital, na condição de empresas que se beneficiam da não-cumulatividade da contribuição do PIS-PASEP e COFINS;
- redução para 0% (zero por cento) da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte nas remessas para o exterior para pagamento de despesas com promoção, propaganda e pesquisas de mercado, de produtos e serviços brasileiros, inclusive alugueis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclave semelhantes realizadas por prestadores de serviços turísticos; e
- faculdade de as empresas da indústria hoteleira procederem à depreciação acelerada de bens imóveis, nos moldes previstos na legislação acima citada.

Com a adoção das medidas propostas, pretende-se fortalecer as empresas do setor, mediante a redução de custos operacionais, como forma de fomentar o investimento turístico, o aumento do turismo interno, a geração de emprego e renda e a inclusão social.

Ainda em relação a questões ligadas à desoneração das atividades do setor, o Ministério firmou, em 2008, parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, em busca de solução para problemas ligados à concessão de licenciamento ambiental na implantação de empreendimentos turísticos no país. Nas negociações com o MMA, o MTur apresentou para discussão os seguintes pontos:

- na ação institucional dos órgãos responsáveis pelo processo de licenciamento ambiental, considerar o turismo como setor prioritário, em consonância com as diretrizes da Política Governamental e do Plano Nacional de Turismo, aprovados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República;
- adoção de medidas visando intensificar gestões junto ao Congresso Nacional em torno da regulamentação do art. 23 da Constituição Federal e revisão da pertinente legislação ordinária, em busca de definição clara das atribuições dos Estados, Municípios, Distrito Federal e da União no processo de licenciamento ambiental;

- revisão e aperfeiçoamento da Resolução CONAMA nº 237/97, em sintonia com o processo de regulamentação da legislação ambiental mencionada no item anterior, objetivando estabelecer uma clara definição dos procedimentos que regulam a instalação de empreendimentos turísticos em áreas de proteção ambiental;
- fortalecimento da parceria com o Ministério Público, em busca de melhor eficiência no trato das questões ligadas ao interesse público, à defesa ambiental e aos princípios da moralidade e legalidade assegurados pela Constituição; e
- formulação de orientações específicas a empreendedores de projetos turísticos sobre a importância do adequado planejamento dos impactos ambientais, como um instrumento de viabilização dos investimentos no turismo sustentável.

Das negociações conduzidas junto ao MMA resultaram a formação de Grupo de Trabalho de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental, instituído pela Portaria Interministerial MMA/MTur nº 281, de 15 de setembro de 2008, com as seguintes atribuições:

- avaliar e propor alternativas para a avaliação de impacto ambiental dos projetos e empreendimentos do setor turístico;
- avaliar e propor mecanismos normativos e institucionais para o aperfeiçoamento dos procedimentos para o licenciamento ambiental de projetos do setor turístico;
- propor diretrizes de formação e capacitação de pessoal dos órgãos setoriais envolvidos com o processo de licenciamento ambiental; e
- estudar e propor mecanismos de articulação entre as ações das políticas ambientais e de desenvolvimento do turismo nacional relativas à avaliação de impacto e licenciamento ambiental dos projetos de investimentos no setor turístico, bem como, e de forma subsidiária, aos demais instrumentos de planejamento e gestão dos setores ambiental e turístico.

Para o exercício de 2008, a programação orçamentária e financeira previa uma dotação de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para desenvolvimento da presente ação no exercício. Desse montante, foram realizados R\$ 3.327.384,20 (três milhões, trezentos e vinte sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), o que representou uma execução de 92,4% dos recursos previstos para a ação em referência, conforme indica o demonstrativo a seguir:

Quadro 6.1 – Programação Orçamentária e Financeira – Exercício de 2008 - (em R\$)

Previsto				Realizado			
Física		Financeira		Física		Financeira	
2	100,0%	3.600.000,00	100,0%	2	100,0%	3.327.384,20	92,4%

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos recursos investidos na execução do conjunto de estudos e pesquisas e nos trabalhos de promoção e divulgação das oportunidades de investimento no setor turístico brasileiro, objeto da ação em referência:

Quadro 6.2 Execução Orçamentária - Exercício 2008

Descrição	Valor
Estudos e Pesquisas	295,1
Termos de Parceria	320,0
Promoção e Divulgação	2.355,2
Material Gráfico	202,2
Passagens e Diárias	154,9
Total	3.327,4

Desempenho Operacional

No exercício de sua missão institucional, compete ao Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo – DFPIT, entre outras, as seguintes atribuições:

- coordenar a formulação, apoiar, acompanhar e avaliar as ações de estímulo e fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional, com vistas a sua participação ativa na implementação da Política Nacional de Turismo;
- coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de planos, projetos e eventos que objetivem a captação e o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, em ações integradas com as diretrizes e nas regiões beneficiadas pelos programas de desenvolvimento do turismo;
- coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e de oportunidades de investimentos; e
- coordenar, apoiar e acompanhar o desenvolvimento, junto às instituições financeiras de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros voltados para o financiamento ao turista e às empresas da cadeia produtiva do turismo.

Por se tratar de atividades desenvolvidas por meio de ações de promoção de investimento e financiamento para o turismo, com foco no fomento dos negócios turísticos da iniciativa privada, a aferição do desempenho operacional do Departamento está associada aos resultados da própria Política Nacional de Turismo. Assim, os principais indicadores indiretos de desempenho operacional podem ser representados pelas seguintes dados:

- volume de crédito disponibilizado ao consumidor final do turismo;
- volume de crédito utilizado pelo consumidor final do turismo;
- volume de desembolsos realizados às empresas da cadeia de turismo, em operações de investimento e capital de giro;
- quantidade de empreendimentos hoteleiros em implantação no país; e
- volume de recursos investidos na implantação de empreendimentos hoteleiros no país.

O financiamento ao consumidor final constitui uma importante ferramenta de apoio nas ações voltadas para inclusão no turismo. A oferta de crédito a aposentados, trabalhadores e jovens integra a pauta do fomento à atividade turística, como forma de facilitar as viagens domésticas e fortalecer o mercado interno.

Em 2008, por meio do Cartão Turismo CAIXA, produto desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal, foram disponibilizados ao público consumidor do turismo cerca de R\$ 708 milhões. O volume de crédito utilizado na compra de produtos e serviços turísticos pelos clientes do Cartão Turismo propiciou uma movimentação financeira da ordem de R\$ 96,2 milhões, o que representou um crescimento de 21% sobre o volume observado no exercício anterior (R\$ 79,8 milhões).

As ações relacionadas à expansão do crédito para o turismo se concentraram, em 2008, no fortalecimento de parcerias com os agentes financeiros federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia). Uma vez que o fomento aos negócios da iniciativa privada passa necessariamente por um entendimento entre empresários e sistema financeiro, as ações do Ministério buscaram melhorias nas condições de acessibilidade às linhas de crédito, em especial no que concerne aos projetos de micros, pequenos e médios empreendedores do turismo.

Assim, em 2008, os bancos públicos federais, parceiros do Ministério do Turismo na execução de políticas de crédito para o setor, desembolsaram cerca de R\$ 3,6 bilhões para projetos das empresas que atuam na cadeia produtiva do turismo. O resultado obtido no exercício representa uma evolução de 39,7% em relação aos números observados no ano anterior, conforme evidenciam os dados do quadro a seguir:

Quadro 6.3 Desembolsos dos Bancos Públicos para o Turismo – Por Exercício

Instituição Financeira	2008		2007		2008/2007
	Valor – R\$ mil	Part%	Valor R\$ mil	Part%	(%)
Banco do Brasil	1.776.142	49,5	1.420.880	55,3	25,0
Caixa Econômica	1.456.136	40,5	986.630	38,4	47,6
BNDES	62.351	1,7	66.644	2,6	-6,4
Banco do Nordeste	243.076	6,8	79.400	3,1	206,1
Banco da Amazônia	53.809	1,5	16.434	0,6	227,4
Total	3.591.514	100,0	2.569.988	100,0	39,7

Na análise do volume de desembolsos realizados às empresas do turismo no exercício de 2008, deve-se ressaltar as expressivas participações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no montante de recursos destinados às atividades turísticas do setor privado. Os bancos citados destinaram recursos da ordem de R\$ 3,2 bilhões para investimento e capital de giro das empresas do turismo, em 2008, o que representou uma participação de 91% da totalidade de créditos contratados. Vale destacar também os desembolsos realizados pelo Banco do Nordeste (R\$ 243,1 milhões) e Banco da Amazônia (R\$ 53,8 milhões), que evidenciaram crescimento de 206,1% e 227,4% em relação ao volume observado no exercício de 2007, respectivamente.

O volume de recursos envolvidos nos investimentos hoteleiros também representa um importante indicador indireto das atividades desenvolvidas pelo Departamento. O incentivo para implantação de empreendimentos turísticos no país se insere nos propósitos dos estudos e das pesquisas e análises de oportunidades de investimento no setor turístico brasileiro, com vistas às ações de captação de investidores nacionais e internacionais.

Relativamente aos empreendimentos hoteleiros em implantação no país, pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo apontou a existência de 266 projetos em curso no país, com previsão de instalação e início de operação no período de 2008 a 2011. Os investimentos deverão atingir a soma de R\$ 6,4 bilhões, conforme ilustra o quadro a seguir, que apresenta a distribuição dos empreendimentos por região geográfica:

Quadro 6.4 Investimentos em Meios de Hospedagem - Por Região (Início de Operação 2008-2011)

Região	Empreendimentos		UH		Investimentos Estimados		Empregos	
	Quant.	Part%	Quant.	Part%	Valor	Part%	Quant.	Part%
Norte	28	10,5	4.339	9,6	406.170	6,4	1.768	5,5
Nordeste	126	47,4	22.127	49,2	3.393.435	53,4	20.828	64,8
Centro-Oeste	18	6,8	4.369	9,7	579.800	9,1	2.089	6,5
Sul	24	9,0	2.832	6,3	343.400	5,4	1.612	5,0
Sudeste	70	26,3	11.370	25,2	1.635.765	25,7	5.859	18,2
Brasil	266	100,0	45.107	100,0	6.358.570	100,0	32.156	100,0

Fonte: Mtur. Posição dez/2008

O resultado da pesquisa sobre projetos da hotelaria em implantação no país indicou que 126 empreendimentos serão instalados na região Nordeste, o que representa 47,4% do total observado no país (266). Em relação ao volume de investimento previsto, o Nordeste deverá receber cerca de R\$ 3,4 bilhões, o equivalente a 53,4% do montante de recursos estimados para o período de 2008 a 2011 (R\$ 6,4 bilhões). A região Sudeste vem em seguida, com 70 projetos em andamento e investimentos da ordem de R\$ 1,6 bilhão, evidenciando uma participação de 26,3% e 25,7%, respectivamente.

A instalação dos empreendimentos deverá ampliar a capacidade hoteleira do Brasil em mais 45,1 mil novas unidades habitacionais, sendo 49,2% no Nordeste (22,2 mil) e 25,2% na região Sudeste (11,4 mil). No Norte, Sul e Centro-Oeste foram registrados 70 projetos em andamento, que deverão criar 11,5 mil quartos nas três regiões.

Quanto ao impacto no mercado de trabalho, estima-se que os projetos da hotelaria previstos para instalação entre 2008 a 2011 deverão propiciar a geração de 32,1 mil novos empregos diretos no setor, dos quais 64,8% no Nordeste (20,8 mil) e 18,2% nos empreendimentos da região Sudeste (5,8 mil). Para as demais regiões (Norte, Sul e Centro-Oeste) estima-se que deverão ser criados 5,5 mil novos postos de trabalho, a partir do início de atividade dos estabelecimentos.

Sob a ótica da origem dos capitais investidos na implantação dos meios de hospedagem, a pesquisa apresentou a seguinte distribuição:

Quadro 6.5 Investimentos e Meios de Hospedagem - Por Origem do Capital – Início de Operação 2008-2011

País	Empreendimentos		UH		Investimentos Estimados		Empregos	
	Quan.	Part. %	Quant.	Part. %	Valor – R\$ mil	Part. %	Quant.	Part. &
Arábia	1	0,4	200	0,4	90.000	1,4	600	1,9
Bélgica	1	0,4	n/d	-	n/d	-	n/d	-
Brasil	204	76,7	32.957	73,1	4.192.900	65,9	20.006	62,2
Espanha	16	6,0	2500	5,5	709.000	11,2	2.660	8,3
Espanha/Brasil	2	0,8	200	0,4	24.000	0,4	200	0,6
EUA	1	0,4	50	0,1	70.000	1,1	150	0,5
França	2	0,8	181	0,4	20.870	0,3	140	0,4
Inglaterra	2	0,8	300	0,7	59.000	0,9	300	0,9
Inglaterra/Holanda	1	0,4	n/d	-	n/d	-	n/d	-
Itália	3	1,1	69	0,2	4.400	0,1	60	0,2
Portugal	24	9,0	6.625	14,7	746.400	11,7	4.600	14,3
Portugal/Espanha	2	0,8	960	2,1	280.000	4,4	2.600	8,1
Suécia	2	0,8	85	0,2	42.000	0,7	140	0,4
Suíça	1	0,4	302	0,7	24.000	0,4	300	0,9
Outros	4	1,5	678	1,5	96.000	1,5	400	1,2
Total	266	100	45.107	100,0	6.358.570	100,0	32.156	100,0

Fonte: MTUR – Posição: Dez/08

Nota-se no demonstrativo acima que 65,9% dos recursos aplicados na instalação de meios de hospedagem procedem de investidores sediados no Brasil (R\$ 4,2 bilhões). Em segundo lugar vêm as inversões portuguesas com R\$ 746,4 milhões, correspondentes a 11,7% da totalidade de investimento previsto.

Dos 266 empreendimentos hoteleiros identificados, 204 projeções contam com recursos de investidores radicados no Brasil, o que corresponde a uma participação de 76,7% da quantidade total. A estimativa é de que os investimentos brasileiros deverão propiciar a criação de 32,9 mil novas unidades residenciais e a geração de 20 mil empregos até 2011.

A participação de capital estrangeiro nos empreendimentos pesquisados, no montante de R\$ 2,2 bilhões, também merece destaque. Os investimentos externos propiciarão a implantação de 62 projetos, que deverão acrescentar cerca de 12 mil novas unidades habitacionais no parque hoteleiro nacional. Entre os investimentos com capital estrangeiro, sobressaem-se as aplicações de origem portuguesa e espanhola, ambas com participação em torno de R\$ 1 bilhão. Relativamente ao volume de recursos do exterior, vale observar ainda a presença de investidores árabes (R\$ 90 milhões), americanos (R\$ 70 milhões), ingleses (R\$ 59 milhões), suecos (R\$ 42 milhões), suíços (R\$ 24 milhões) e italianos (R\$ 4,4 milhões).

7. DEPARTAMENTO DE INFRA ESTRUTURA TURÍSTICA – DIETU

7.1 Ações 0564 e 10V0– Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o turismo nos municípios brasileiros, principalmente por meio de adequação da infra-estrutura de forma que permita a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista.
Descrição	Identificação das necessidades de infra-estrutura básica dos destinos turísticos; apoio à execução de projetos de interesse e de relevância para a melhoria do destino turístico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Coordenador Nacional da Ação	Frederico Silva da Costa
Unidade Executora	MTur/Caixa Econômica Federal – UG 540007 (contrato de repasse)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	<u>MTur</u> Departamento de Infra-Estrutura Turística / SNPDTUR <u>CAIXA</u> SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse
Competências institucionais requeridas para execução da ação	A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Bem como, o Departamento de Infraestrutura Turística, tem como competências a formulação, coordenação e acompanhamento dos planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística.

Fonte: SIGPLAN

OBS.: No exercício de 2008 a ação 0564 foi alterada para “projeto” 10V0, portanto trata-se dos mesmos dados gerais

Resultados

A Ação “Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística” tem como objetivo o desenvolvimento dos municípios brasileiros com potencial turístico, dotando-os de infra-estrutura para permitir a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto turístico.

Destaca-se que a melhoria da infra-estrutura em destinos turísticos é a premissa para que ocorra a instalação de equipamentos turísticos, como hotéis, agências de viagens, locadoras, serviços de alimentação e locais de entretenimento, gerando assim emprego e renda e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população local e do desenvolvimento local sustentável.

Dentre as ações de melhoria de infra-estrutura turística apoiadas em 2008 pelo Ministério do Turismo, destacam-se as de infra-estrutura urbanística (saneamento, pavimentação, drenagem, urbanização), urbanização ou revitalização de orlas marítimas, fluviais, melhoria de acessibilidade, recuperação de mercados, implantação de centros de eventos e convenções, museus e casas de cultura, portais de entrada e praças, dentre outras.

Quadro 7.1- Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 0564 e 10V0

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Orçamentária	2.055.641.873,00	1.502.108.727,08	73,07%
Física	4108	3306	80%

Fonte: SIAFI

OBS.: Há uma diferença entre a meta física descrita neste relatório e o indicado no SIGPLAN. Isto se deve pois a meta indicada no SIGPLAN refere-se ao número de empenhos realizados e no presente relatório indicamos o número de contratos realizados.

A execução orçamentária da ação foi executada parcialmente, 73,07%, devido à maioria do orçamento da ação ser composta de Emendas ao Orçamento e depender de liberação de outros órgãos federais.

A Ação 0564 e 10V0 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística tem abrangência em todo o território nacional. No exercício 2008 foram apoiados 31% mais projetos que no exercício anterior, contemplando 26 estados brasileiros, conforme apresentado abaixo. Do valor total apoiado, aproximadamente 20% do recurso total empenhado foram destinados para projetos nos 65 destinos indutores, que atualmente é a prioridade do Ministério do Turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo para o desenvolvimento do turismo no Brasil e tem por objetivo estruturar tais destinos com padrão de qualidade internacional. Este valor não atinge níveis maiores, pela ação tratar-se em torno de 85% de Emendas ao Orçamento.

Quadro 7.2 - Projetos apoiados por UF - Ação 10V0 e 0564

UF	VALOR	FÍSICO
AL	69.651.499,00	41
AM	4.576.650,00	9
AP	3.120.000,00	3
BA	107.075.706,93	111
CE	119.161.675,00	217
DF	3.578.250,00	4
ES	18.827.250,00	37
GO	50.987.625,00	140
MA	75.591.750,00	144
MG	94.964.025,00	289
MS	35.538.750,00	55
MT	29.089.125,00	59
PA	19.207.500,00	63
PB	105.948.375,00	236
PE	150.150.000,00	191
PI	52.572.000,00	75
PR	60.440.250,00	243
RJ	46.434.375,00	75
RN	74.707.127,85	174
RO	9.647.625,00	18
RR	30.225.000,00	14
RS	63.962.729,92	288
SC	45.659.250,00	151
SE	47.141.250,00	79
SP	174.178.938,38	550
TO	9.672.000,00	40
TOTAL	1.502.108.727,08	3306

Os valores apresentados no quadro 7.1, referente às metas e resultados da ação no exercício, englobam os valores empenhados para tomadores por meio de contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal, convênios do Ministério do Turismo, destaques para o Ministério da Cultura e Meio Ambiente, remuneração da CAIXA, bem como para pagamento de diárias e passagens para monitoramento e acompanhamento da ação, conforme demonstrado no quadro 7.3.

Quadro 7.3 – Tipo de Despesa - 10V0 e 0564

Tipo de despesas	Valor executado	Meta Física
Contratos de Repasse	1.467.090.562,08	3.303
Convênios	35.018.165,00	3
Destaque	3.688.191,30	0
Taxa administração CAIXA	17.302.179,39	0
Diárias e Passagens	88.366,74	0
Total	1.523.187.464,51	3.306

Os recursos liberados por essa ação são oriundos da Programação do Ministério do Turismo, bem como de Emendas ao Orçamento (Emenda Individual, de Bancada e de Comissão).

A avaliação da viabilidade do pleito é realizada com base no disposto no Art. 1º da Portaria Nº. 03, de 26 de agosto de 2003.

Para atender o disposto nos § 2º e 3º do Art. 3º da Portaria Interministerial 127/2008, a área técnica está desenvolvendo critérios de seleção das propostas e posteriormente serão disponibilizados no site do SICONV e do Ministério do Turismo. Vale ressaltar que o MTur fará a análise e aprovação da proposta e caberá a CAIXA a análise e aprovação do Plano de Trabalho, conforme contrato administrativo firmado entre o MTur e a CAIXA.

Depois de realizado empenho, a CAIXA solicita a documentação necessária ao Tomador para a celebração do contrato de repasse. Nesse momento a CAIXA verifica a regularidade fiscal do Tomador, analisa e aprova o Plano de Trabalho. A partir disso se inicia a etapa referente à cláusula suspensiva, onde o Tomador deverá apresentar a documentação referente a projeto de engenharia e titularidade da área que tem o período máximo de 240 dias para apresentação e análise por parte da CAIXA. Regularizada a referida documentação, o contrato de repasse passa para a situação normal. A partir deste momento a CAIXA solicita recurso financeiro do contrato por meio de ofício encaminhado ao MTur.

Somente após vencida esta etapa, o MTur poderá realizar a liberação dos recursos financeiros dos contratos de repasse, dependendo da disponibilidade do órgão. A CAIXA deposita os recursos em conta vinculada ao contrato de repasse. Os recursos ficam bloqueados.

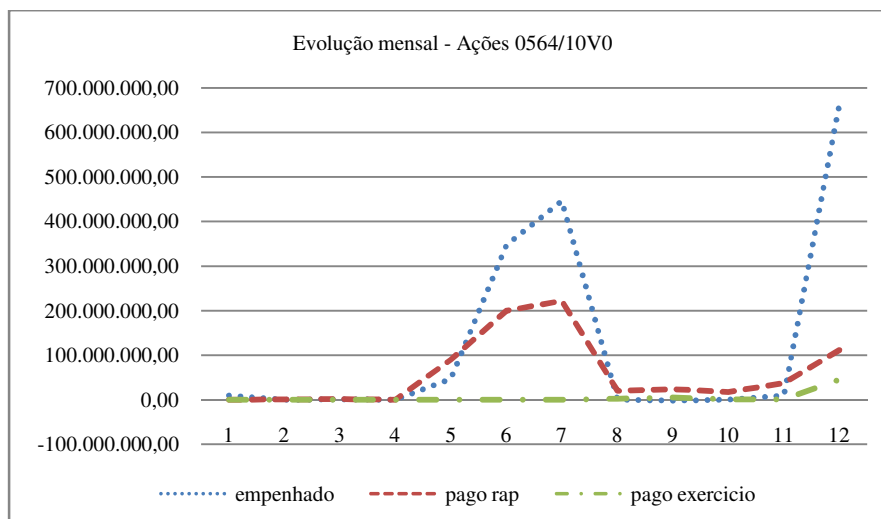
Devido a este tempo de cláusula suspensiva e considerando que a liberação dos recursos ocorre em sua maioria no final do ano, empenhos e contratos de repasse assinados no exercício são inscritos em Restos a Pagar (RAP). Isto justifica o porquê foi executada somente R\$ 53.761.066,74 de liberação financeira referente ao exercício de 2008 e executado R\$ 724.267.098,11 de RAP, conforme demonstra o quadro 7.4.

Quadro 7.4 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 0564 e 10V0

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)	EXECUÇÃO RAP
Financeira	2.055.641.873,00	53.761.066,74	2,62%	724.267.098,11
Física	4108	162	4%	1663

Fonte: Siafi

Diante do exposto, apresento gráfico demonstrativo da evolução mensal das Ações 0564 e 10V0 referente a “Projetos Empenhados”, “Liberação Financeira de RAP” e “Liberação Financeira do Exercício”.



7.2 Ação 2301 – Sinalização Turística

Tipo	Atividade
Finalidade	Sinalizar os destinos turísticos brasileiros de forma a aumentar a qualidade dos serviços prestados e a segurança do turista.
Descrição	Estabelecimento dos padrões de sinalização turística no Brasil e apoio à implementação de projetos de sinalização turística nos Municípios turísticos ou em rotas turísticas que abrangem uma região com um produto turístico pré-definido.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Coordenador Nacional da Ação	Frederico Silva da Costa
Unidade Executora	MTur/Caixa Econômica Federal – UG 540007 (contrato de repasse)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	<u>MTur</u> Departamento de Infra-Estrutura Turística / SNPDTUR <u>CAIXA</u> SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse
Competências institucionais requeridas para execução da ação	A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Bem como, o Departamento de Infraestrutura Turística, tem como competências a formulação, coordenação e acompanhamento dos planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística.

Fonte: Sigplan / PPA

A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto da sinalização de indicação de trânsito. É a comunicação efetuada por meio de um conjunto de placas de sinalização, implantadas sucessivamente ao longo de um trajeto estabelecido, com mensagens escritas ordenadas, pictogramas e setas direcionais.

Esse conjunto é utilizado para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo destes, à distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido.

Para o planejamento da sinalização, deve ser dada especial atenção às possibilidades de segmentação que consideram a motivação básica e as atividades turísticas características de determinado destino. Muitos são os segmentos decorrentes da observação sob esse prisma.

Quadro 7.5 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 2301

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Orçamentária	15.910.696,00	15.552.250,00	97,75%
Física	109	52	48%

Fonte: Siafi

Para um melhor atendimento do Plano Nacional do Turismo, optou-se pelo apoio de projetos principalmente nos 65 destinos turísticos, de forma a estruturar estas localidades, como forma de alcançar as metas do Plano Nacional do Turismo. Outro tipo de projeto apoiado nesta ação são as rotas turísticas intermunicipais. Isso ocorreu devido ao fato que, a maioria do turismo nacional, ocorre por via rodoviária. Devido a este fato, a quantidade de projetos foi reduzida quando comparada com a meta estabelecida, porém resultou em melhoria da qualidade do ponto de vista do turista, principalmente o rodoviário.

Os valores apresentados na Tabela 1, referente às metas e resultados da ação no exercício, englobam os valores empenhados para tomadores por meio de contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal bem como para remuneração da CAIXA, conforme demonstrado no quadro 7.6.

Quadro 7.6 – Tipo de Despesa - 2301

Tipo de despesas	Valor executado	Meta Física
Contratos de Repasse	15.512.250,00	52
Taxa administração CAIXA	40.000,00	0
Total	15.552.250,00	52

Os valores e o número de contratos de repasse para a implantação de Sinalização Turística indicados acima, estão distribuídos em 20 Unidades Federativas, conforme segue no quadro 7.7.

Os recursos liberados por essa ação são oriundos da Programação do Ministério do Turismo, bem como de Emendas ao Orçamento. A avaliação da viabilidade do pleito é realizada com base no disposto no Art. 1º da Portaria Nº. 03, de 26 de agosto de 2003. Atualmente os critérios de seleção são realizados priorizando:

- 200 Regiões Turísticas que compreendem 3.819 municípios mapeados como turísticos pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.
- 65 destinos indutores inseridos como meta no Plano Nacional do Turismo (PNT).
- Projetos estruturantes para o desenvolvimento do município uma vez que as emendas atendem projetos de pequeno porte.

Para atender o disposto nos § 2º e 3º do Art. 3º da Portaria Interministerial 127/2008, a área técnica está desenvolvendo critérios de seleção das propostas e posteriormente serão disponibilizados no site do SICONV e do Ministério do Turismo. Vale ressaltar que o MTur fará a análise e aprovação da proposta e caberá a CAIXA a análise e aprovação do Plano de Trabalho, conforme contrato administrativo firmado entre o MTur e a CAIXA.

Depois de realizado empenho, a CAIXA solicita a documentação necessária ao Tomador para a celebração do contrato de repasse. Nesse momento a CAIXA verifica a regularidade fiscal do Tomador, analisa e aprova o

Quadro 7.7 Projetos apoiados por UF - Ação 2301

UF	VALOR	FÍSICO
AC	195.000,00	1
AL	390.000,00	2
AM	585.000,00	2
BA	585.000,00	3
CE	2.242.500,00	6
ES	1.647.750,00	3
GO	1.267.500,00	4
MA	195.000,00	1
MG	195.000,00	1
MS	390.000,00	2
MT	682.500,00	2
PE	195.000,00	1
PI	195.000,00	1
PR	1.365.000,00	4
RJ	390.000,00	2
RN	195.000,00	1
RS	555.750,00	3
SC	975.000,00	4
SE	487.500,00	1
SP	2.778.750,00	8
TOTAL	15.512.250,00	52

plano de trabalho. A partir disso se inicia a etapa referente à cláusula suspensiva, onde o Tomador deverá apresentar a documentação referente a projeto de engenharia e titularidade da área que tem o período máximo de 240 dias para apresentação e análise por parte da CAIXA. Regularizada a referida documentação, o contrato de repasse passa para a situação normal. A partir deste momento a CAIXA solicita recurso financeiro do contrato por meio de ofício encaminhado ao MTur.

Somente após vencida esta etapa, o MTur poderá realizar a liberação dos recursos financeiros dos contratos de repasse, dependendo da disponibilidade do órgão. A CAIXA deposita os recursos em conta vinculada ao contrato de repasse. Os recursos ficam bloqueados.

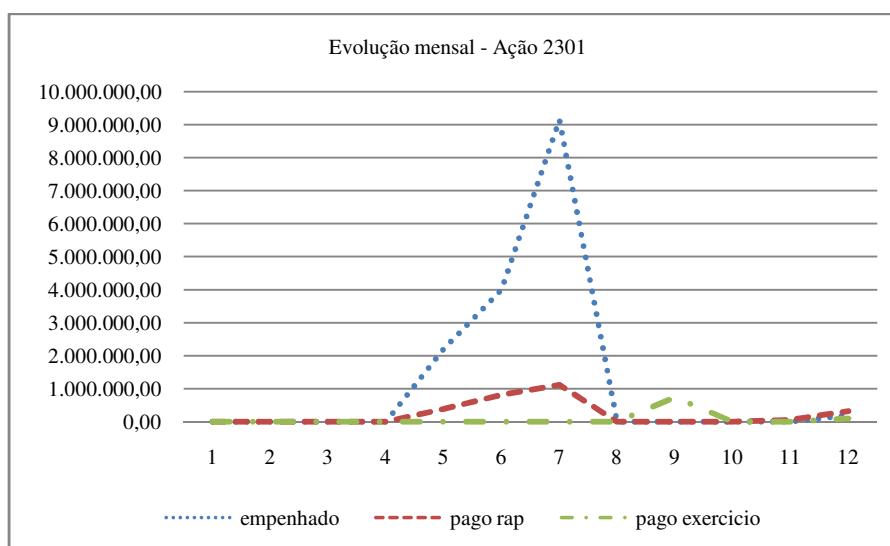
Devido a este tempo de cláusula suspensiva e considerando que a liberação dos recursos ocorre em sua maioria no final do ano, empenhos e contratos de repasse assinados no exercício são inscritos em Restos a Pagar (RAP). Isto justifica o porquê foi executada somente R\$ 832.650,00 de liberação financeira referente ao exercício de 2008 e executado R\$ 2.707.575,00 de RAP, conforme demonstra o quadro 7.8.

Quadro 7.8 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 2301

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)	EXECUÇÃO RAP
Financeira	15.910.696,00	832.650,00	5,23%	2.707.575,00
Física	109	2	2%	12

Fonte: Siafi

Diante do exposto, apresento gráfico demonstrativo da evolução mensal da Ação 2301 referente a “Projetos Empenhados”, “Liberação Financeira de RAP” e “Liberação Financeira do Exercício”.



7.3 Ação 5701 – Implantação de Centros de Informações Turísticas

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar os Municípios turísticos de centros de informações turísticas, visando divulgar o turismo nos Municípios, aumentar a comercialização de produtos, a satisfação do turista e a qualidade dos destinos turísticos.
Descrição	Apoio à implantação em Municípios turísticos de centros de informações turísticas, para divulgar o turismo local e regional, como pontos turísticos, meios de transporte, hotéis e restaurantes, dentre outros. Implantação de local para a divulgação e a venda do artesanato local e sala de reunião para o trade turístico local e para os conselhos municipais de turismo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Coordenador Nacional da Ação	Frederico Silva da Costa
Unidade Executora	MTur/Caixa Econômica Federal – UG 540007 (contrato de repasse)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	<p><u>MTur</u></p> <p>Departamento de Infra-Estrutura Turística / SNPDTUR</p> <p><u>CAIXA</u></p> <p>SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira</p> <p>SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse</p>
Competências institucionais requeridas para execução da ação	A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Bem como, o Departamento de Infraestrutura Turística, tem como competências a formulação, coordenação e acompanhamento dos planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística.

O apoio a “Implantação de Centros de Informações Turísticas” em municípios turísticos visa divulgar o turismo local e regional, como pontos turísticos, meios de transporte, hotéis e restaurantes, dentre outros. A ação contempla ainda a implantação de locais para a divulgação e a venda do artesanato local e sala de reunião para o trade turístico local e para os conselhos municipais de turismo. Tal local também poderá servir para a capacitação/qualificação da mão-de-obra local.

Quadro 7.9 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 5701

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Orçamentária	4.500.000,00	4.368.000,00	97,07%
Física	55	33	60%

Fonte: SIAFI

Foram atendidos 33 projetos, de um total de 55 previstos, ou seja, a execução física foi de 60% do previsto, porém a execução orçamentária foi de 97,07% do total previsto.

Os valores apresentados na Tabela 1, referente às metas e resultados da ação no exercício, englobam os valores empenhados junto ao SIAFI para repasse de recursos do OGU a tomadores por meio de contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal que é responsável pelo gerenciamento da referida ação totalizando R\$ 4.368.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito reais), conforme demonstrado na Tabela 7.10.

Quadro 7.10 – Tipo de Despesa - 5701

Tipo de despesas	Valor executado	Meta Física
Contratos de Repasse	4.368.000,00	33
Total	4.368.000,00	33

Fonte: Siafi

Os valores e o número de contratos de repasse para a construção, reforma ou ampliação de Centros de Informações Turísticas indicados acima, estão distribuídos em 17 Unidades Federativas, conforme se segue:

Quadro 7.11 Projetos apoiados por UF - Ação 5701

UF	VALOR	FÍSICO
AM	195.000,00	2
BA	1.618.500,00	5
CE	195.000,00	2
GO	97.500,00	1
MA	97.500,00	1
MT	97.500,00	1
PA	97.500,00	1
PE	97.500,00	1
PI	195.000,00	2
PR	195.000,00	2
RJ	195.000,00	2
RN	97.500,00	1
RR	97.500,00	1
RS	390.000,00	4
SC	97.500,00	1
SP	507.000,00	5
TO	97.500,00	1
TOTAL	4.368.000,00	33

Os recursos liberados por essa ação são oriundos da Programação do Ministério do Turismo. A avaliação da viabilidade do pleito é realizada com base no disposto no Art. 1º da Portaria N°. 03, de 26 de agosto de 2003. Atualmente os critérios de seleção são realizados priorizando:

- 200 Regiões Turísticas que compreendem 3.819 municípios mapeados como turísticos pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.
- 65 destinos indutores inseridos como meta no Plano Nacional do Turismo (PNT).
- Projetos estruturantes para o desenvolvimento do município uma vez que as emendas atendem projetos de pequeno porte.

Para atender o disposto nos § 2º e 3º do Art. 3º da Portaria Interministerial 127/2008, a área técnica está desenvolvendo critérios de seleção das propostas e posteriormente serão disponibilizados no site do SICONV e do Ministério do Turismo. Vale ressaltar que o MTur fará a análise e aprovação da proposta e caberá a CAIXA a análise e aprovação do Plano de Trabalho, conforme contrato administrativo firmado entre o MTur e a CAIXA.

Depois de realizado empenho, a CAIXA solicita a documentação necessária ao Tomador para a celebração do contrato de repasse. Nesse momento a CAIXA verifica a regularidade fiscal do Tomador, analisa e aprova o Plano de Trabalho. A partir disso se inicia a etapa referente à cláusula suspensiva, onde o Tomador deverá apresentar a documentação referente a projeto de engenharia e titularidade da área que tem o período máximo de 240 dias para apresentação e análise por parte da CAIXA. Regularizada a referida documentação, o contrato de repasse passa para a situação normal. A partir deste momento a CAIXA solicita recurso financeiro do contrato por meio de ofício encaminhado ao MTur.

Somente após vencida esta etapa, o MTur poderá realizar a liberação dos recursos financeiros dos contratos de repasse, dependendo da disponibilidade do órgão. A CAIXA deposita os recursos em conta vinculada ao contrato de repasse. Os recursos ficam bloqueados.

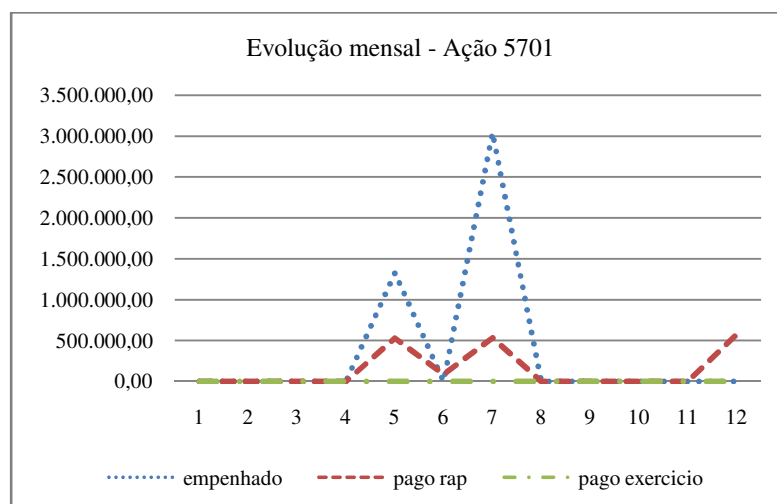
Devido a este tempo de cláusula suspensiva e considerando que a liberação dos recursos ocorre em sua maioria no final do ano, empenhos e contratos de repasse assinados no exercício são inscritos em Restos a Pagar (RAP). Isto justifica o porquê não foi executada liberação financeira referente ao exercício de 2008 e executado R\$ 1.719.650,00 de RAP, conforme demonstra o quadro 7.12.

Quadro 7.12 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 5701

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)	EXECUÇÃO RAP
Financeira	4.500.000,00	0,00	0,00%	1.719.650,00
Física	55	0	0%	7

Fonte: Siafi

Diante do exposto, apresento gráfico demonstrativo da evolução mensal da Ação 5701 referente a “Projetos Empenhados”, “Liberação Financeira de RAP” e “Liberação Financeira do Exercício”.



7.4 Ação 5112 – Adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para a utilização Turística

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar os patrimônios históricos e culturais de infra-estrutura adequada e de facilidades de acesso, para permitir sua utilização pelos turistas.
Descrição	Identificação dos patrimônios históricos e culturais que têm potenciais e atratividade para visitação turística; realização de obras para a implantação de facilidades de acesso, conforto e segurança para permitir a utilização dos estabelecimentos pelo turista.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur)
Coordenador Nacional da Ação	Frederico Silva da Costa
Unidade Executora	MTur/Caixa Econômica Federal – UG 540007 (contrato de repasse)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	<p><u>MTur</u></p> <p>Departamento de Infra-Estrutura Turística / SNPDTUR</p> <p><u>CAIXA</u></p> <p>SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira</p> <p>SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse</p>
Competências institucionais requeridas para execução da ação	A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Bem como, o Departamento de Infraestrutura Turística, tem como competências a formulação, coordenação e acompanhamento dos planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística.

A Ação “Adequação da Infra-estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística” tem como finalidade a identificação dos patrimônios históricos e culturais que têm potencial e atratividade para visitação turística; realização de obras para a implantação de facilidades de acesso, conforto e segurança para permitir a utilização dos estabelecimentos pelo turista. O Patrimônio Histórico é efetivamente um produto turístico que exerce sobre o consumidor atração, uma vez que possui um forte caráter diferencial.

No bojo desse panorama, cabe ressaltar, além da relação Patrimônio Histórico e Turismo, o próprio conceito de patrimônio e as atitudes fundamentais que se deve ter com este, pois, dentro de um processo de desfrute, a sua integridade não pode ser colocada em risco.

Isto posto, esta área destinada a abrigar fluxos de pessoas que buscam atrações e novidades, requer de suas autoridades novos ambientes bem implantados do ponto de vista paisagístico, de fácil acesso, dotadas de equipamentos adequados, capazes de apoiar e possibilitar a realização das variadas atividades que deverão conter.

No exercício de 2008, nesta ação foi realizada a implantação de projetos de restauração de edifícios e sítios históricos para a conservação e acessibilidade ao conjunto dos bens imóveis quer por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico ou bibliográfico.

Quadro 7.13 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 5112

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Orçamentária	4.360.000,00	3.861.000,00	88,56%
Física	10	3	30%

Fonte: Siafi.

OBS.: Há uma diferença entre a meta física descrita neste relatório e o indicado no SIGPLAN. Isto se deve pois a meta indicada no SIGPLAN refere-se ao número de empenhos realizados e no presente relatório indicamos o número de contratos realizados.

Foram contemplados 3 projetos, sendo a execução física 30% da meta planejada. Como planejamento foram apoiados projetos estruturantes, sendo um no centro histórico de Belém/PA e dois projetos de revitalização patrimonial para implantação de equipamentos de cultura no estado de São Paulo. A meta financeira ficou abaixo do estabelecido, em torno de 88,56% do valor total.

Os valores apresentados na Tabela 1, referente às metas e resultados da ação no exercício, englobam os valores empenhados junto ao SIAFI para repasse de recursos do OGU a tomadores por meio de contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal que é responsável pelo gerenciamento da referida ação totalizando R\$ 3.861.000,00 (três milhões, oitocentos e sessenta e um mil reais), conforme demonstrado no Quadro 7.14.

Quadro 7.14 – Tipo de Despesa - 5112

Tipo de despesas	Valor executado	Meta Física
Contratos de Repasse	3.861.000,00	3
Total	3.861.000,00	3

Os valores e o número de contratos de repasse indicados acima, estão distribuídos nos seguintes estados:

Quadro 7.15 Projetos apoiados por UF - Ação 5112

UF	VALOR	FÍSICO
PA	2.934.750,00	1
SP	926.250,00	2
TOTAL	3.861.000,00	3

Fonte: SIAFI

Algumas dificuldades encontradas no desenvolvimento dessa ação estão ligadas ao assunto de propriedade do imóvel a sofrer a intervenção. O projeto típico envolve negociação principalmente com o órgão responsável pelo tombamento, seja ele o Município, Estado ou IPHAN. O MTur tem participado e contribuído para acelerar o processo de liberação dos bens.

Os recursos liberados por essa ação são oriundos da Programação do Ministério do Turismo e tem como principal critério a seleção de imóveis tombados no âmbito municipal, estadual ou federal. A avaliação da viabilidade do pleito é realizada com base no disposto no Art. 1º da Portaria Nº. 03, de 26 de agosto de 2003. Atualmente os critérios de seleção são realizados priorizando:

- 200 Regiões Turísticas que compreendem 3.819 municípios mapeados como turísticos pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.
- 65 destinos indutores inseridos como meta no Plano Nacional do Turismo (PNT).
- Projetos estruturantes para o desenvolvimento do município uma vez que as emendas atendem projetos de pequeno porte.

Para atender o disposto nos § 2º e 3º do Art. 3º da Portaria Interministerial 127/2008, a área técnica está desenvolvendo critérios de seleção das propostas e posteriormente serão disponibilizados no site do SICONV e do Ministério do Turismo. Vale ressaltar que o MTur fará a análise e aprovação da proposta e caberá a CAIXA a análise e aprovação do Plano de Trabalho, conforme contrato administrativo firmado entre o MTur e a CAIXA.

Depois de realizado empenho, a CAIXA solicita a documentação necessária ao Tomador para a celebração do contrato de repasse. Nesse momento a CAIXA verifica a regularidade fiscal do Tomador, analisa e aprova o Plano de Trabalho. A partir disso se inicia a etapa referente à cláusula suspensiva, onde o Tomador deverá apresentar a documentação referente a projeto de engenharia e titularidade da área que tem o período máximo de 240 dias para apresentação e análise por parte da CAIXA. Regularizada a referida documentação, o contrato de

repassa para a situação normal. A partir deste momento a CAIXA solicita recurso financeiro do contrato por meio de ofício encaminhado ao MTur.

Somente após vencida esta etapa, o MTur poderá realizar a liberação dos recursos financeiros dos contratos de repasse, dependendo da disponibilidade do órgão. A CAIXA deposita os recursos em conta vinculada ao contrato de repasse. Os recursos ficam bloqueados.

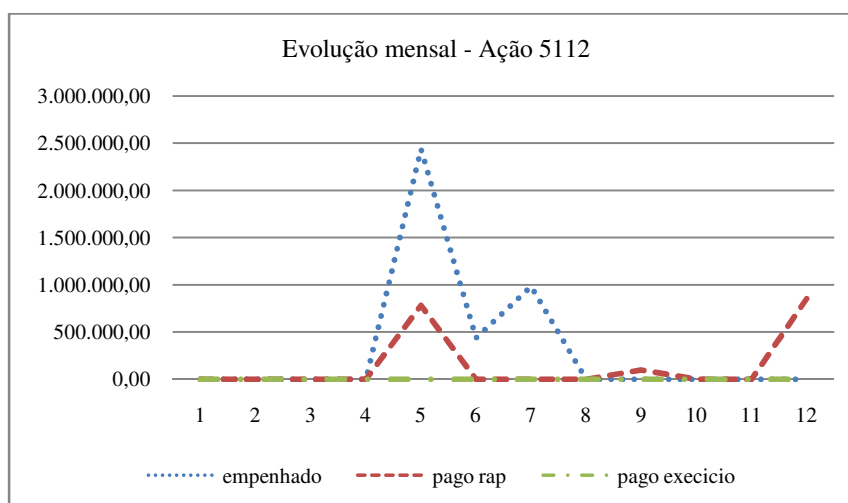
Devido a este tempo de cláusula suspensiva e considerando que a liberação dos recursos ocorre em sua maioria no final do ano, empenhos e contratos de repasse assinados no exercício são inscritos em Restos a Pagar (RAP). Isto justifica o porquê não foi executada liberação financeira referente ao exercício de 2008 e executado R\$ 1.729.650,00 de RAP, conforme demonstra o Quadro 7.16.

Quadro 7.16 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 5112

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)	EXECUÇÃO RAP
Financeira	4.360.000,00	0,00	0,00%	1.729.650,00
Física	10	0	0%	5

Fonte: Siafi

Diante do exposto, apresento gráfico demonstrativo da evolução mensal da Ação 5112 referente a “Projetos Empenhados”, “Liberação Financeira de RAP” e “Liberação Financeira do Exercício”.



7.5 Ação 7H12 – Construção do Centro de Convenções em Umuarama – PR

Tipo	Projeto
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur)
Coordenador Nacional da Ação	Frederico Silva da Costa
Unidade Executora	MTur/Caixa Econômica Federal – UG 540007 (contrato de repasse)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	<p><u>MTur</u></p> <p>Departamento de Infra-Estrutura Turística / SNPDTUR</p> <p><u>CAIXA</u></p> <p>SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira</p> <p>SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse</p>
Competências institucionais requeridas para execução da ação	A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Bem como, o Departamento de Infraestrutura Turística, tem como competências a formulação, coordenação e acompanhamento dos planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística.

Fonte: Sigplan

A “Construção do Centro de Convenções em Umuarama - PR” trata-se de ação específica de Emenda de Bancada incluída à Lei Orçamentária Anual do exercício de 2008.

Quadro 7.17 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 7H12

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Orçamentária	10.251.840,00	4.000.000,00	39,02%
Física	1	1	100%

Fonte: Siafi

Foi contemplado um projeto, sendo a meta física conforme a planejada. Porém a meta financeira ficou abaixo do estabelecido, em torno de 39,02% do valor total. Isto se deve a autorização parcial do limite orçamentário para a referida emenda.

Os valores apresentados na Tabela 1, referente às metas e resultados da ação no exercício, englobam os valores empenhados para tomadores por meio de contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal bem como para remuneração da CAIXA, conforme demonstrado no Quadro 7.18.

Quadro 7.18 – Tipo de Despesa - 7H12

Tipo de despesas	Valor executado	Meta Física
Contratos de Repasse	3.900.000,00	1
Taxa administração CAIXA	100.000,00	0
Total	4.000.000,00	1

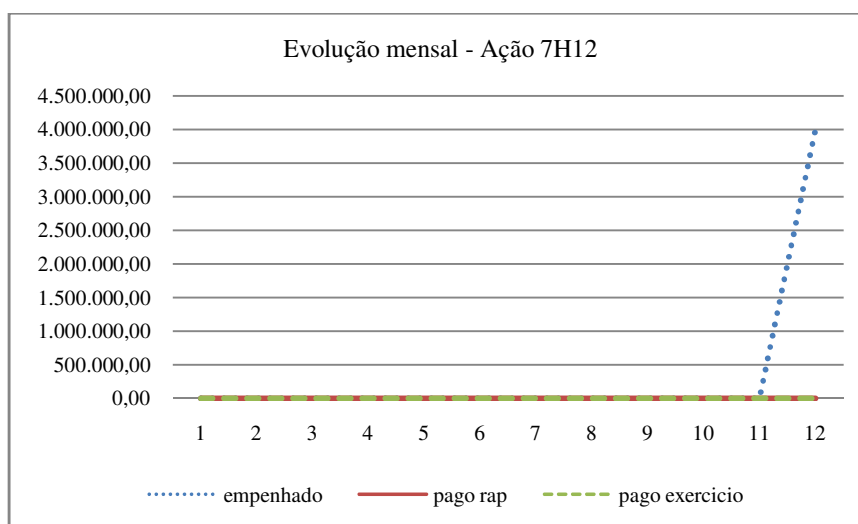
O contrato de repasse indicado acima atende o Estado do Paraná.

A ação não teve liberação financeira pois foi executada no mês de dezembro, não havendo portanto tempo hábil para regularização da cláusula suspensiva.

Quadro 7.19 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 7H12

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Financeira	10.251.840,00	0,00	0,00%
Física	1	0	0%

Diante do exposto, apresento gráfico demonstrativo da evolução mensal da Ação 7H12 referente a “Projetos Empenhados”, “Liberação Financeira de RAP” e “Liberação Financeira do Exercício”.



7.6 Ação 7H66 – Revitalização da Feira Central em Campina Grande – PB

Tipo	Projeto
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur)
Coordenador Nacional da Ação	Frederico Silva da Costa
Unidade Executora	MTur/Caixa Econômica Federal – UG 540007 (contrato de repasse)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	<u>MTur</u> Departamento de Infra-Estrutura Turística / SNPDTUR <u>CAIXA</u> SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse
Competências institucionais requeridas para execução da ação	A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Bem como, o Departamento de Infraestrutura Turística, tem como competências a formulação, coordenação e acompanhamento dos planos, programas e ações voltados à implementação de projetos de infraestrutura turística.

Fonte: Sigplan

A “Revitalização da Feira Central em Campina Grande - PB” trata-se de ação específica de Emenda de Bancada incluída à Lei Orçamentária Anual do exercício de 2008.

Quadro 7.20 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 7H66

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Orçamentária	18.907.349,00	18.907.349,00	100,00%
Física	100	1	1%

Fonte: Siafi

Foram previstos 100 projetos para ação, porém só foi executado 1% da meta planejada. Isto se deve ao fato da ação ter sido mal dimensionada pela Bancada Estadual no momento da sua inclusão, uma vez que o título da ação refere-se apenas a um objeto específico. Tal consideração fica evidente pois o valor da execução orçamentária ocorreu integralmente.

Os valores apresentados na Tabela 1, referente às metas e resultados da ação no exercício, englobam os valores empenhados para tomadores por meio de contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal bem como para remuneração da CAIXA, conforme demonstrado no quadro 7.21.

Quadro 7.21 – Tipo de Despesa - 7H66

Tipo de despesas	Valor executado	Meta Física
Contratos de Repasse	18.434.665,28	1
Taxa administração CAIXA	472.683,72	0
Total	18.907.349,00	1

O contrato de repasse indicado acima atende o Estado da Paraíba.

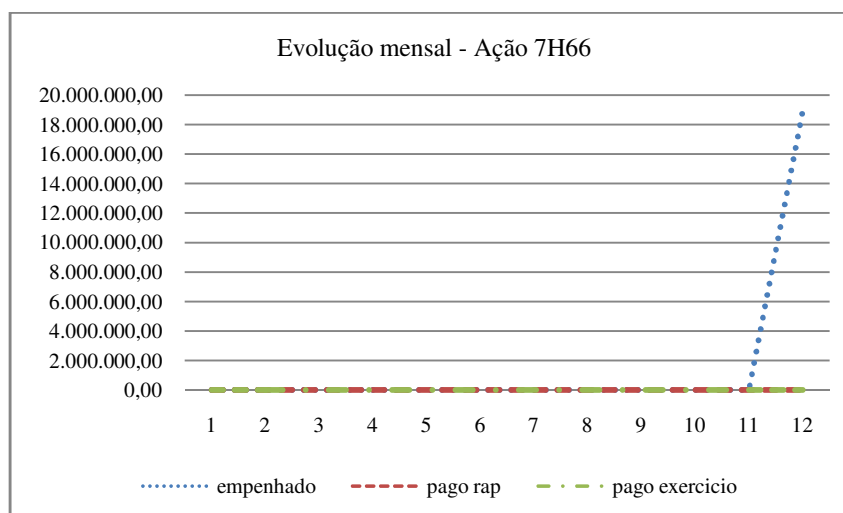
A ação não teve liberação financeira pois foi executada no mês de dezembro, não havendo portanto tempo hábil para regularização da cláusula suspensiva.

Quadro 7.22 - Metas e Resultados da ação no exercício - Ação 7H66

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
Financeira	18.907.349,00	0,00	0,00%
Física	100	0	0%

Fonte: Sigplan

Diante do exposto, apresento gráfico demonstrativo da evolução mensal da Ação 7H66 referente a “Projetos Empenhados”, “Liberação Financeira de RAP” e “Liberação Financeira do Exercício”.



8. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A SNPDTur executou dos recursos previstos na LOA + Créditos no montante de R\$ 2.373.748.561,00 bilhões. Dos recursos de RAP 2007 foram executados R\$ 784.838.728,73 milhões.

O Ministério investiu, em 2008, R\$ 1.519.499.273,21 bilhão em infra-estrutura do turismo. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura dos municípios, com foco no saneamento básico, reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, recuperação de mercados, museus, casas de culturas, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, bem como em escolas e qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria.

Os Programas de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional, Nordeste II, JK e Proecotur II – visam ao desenvolvimento sustentável do turismo em grandes regiões do País, por meio do planejamento participativo, com ênfase na priorização das ações e atividades relacionadas ao fortalecimento da gestão estadual e municipal, do planejamento estratégico, do treinamento e da infra-estrutura, possibilitando ao setor desenvolvimento integrado e sustentável.

Em 2008 foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 187.806.406,00 para execução dos Programas PRODETUR. Desses recursos foram empenhados R\$ 187.781.352,00, alcançando 99,9% do total de recursos disponibilizados para o ano de 2008.

No âmbito do Prodetur Nacional, no ano em análise, foram empenhados R\$ 135.333.889,53 o que significa 99,98% da dotação autorizada.

No Prodetur Nordeste II, foram aplicados, em 2008, R\$ 38.528.981, a títulos de contrapartida federal ou seja, 99,94% da dotação do Orçamento da União, desembolsados para obras estruturantes da atividade turística no Nordeste do País.

Quanto ao desempenho do Prodetur Sul, do total de R\$ 11.200.000 autorizado, executou-se 100%.

O Proecotur pretende viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na região amazônica brasileira, estabelecendo a base de investimentos, públicos e privados, necessária para a atração de novos investidores privados, buscando assim, maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais da atividade de ecoturismo naquela Região. Em 2008 foram aplicados R\$ 2.700 milhões tendo sido executado 100%.

Dentre as ações de melhoria de infra-estrutura turística apoiadas em 2008 pelo Ministério do Turismo, destacam-se as de infra-estrutura urbanística (saneamento, pavimentação, drenagem, urbanização), urbanização ou revitalização de orlas marítimas, fluviais, melhoria de acessibilidade, recuperação de mercados, implantação de centros de eventos e convenções, museus e casas de cultura, portais de entrada e praças, dentre outras.

8.1 Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

Projeto Doação BIRD

Com o objetivo de qualificar, quantificar, aplicar e mensurar os impactos de um turismo sustentável no alívio a pobreza das regiões beneficiadas pelos PRDT, o MTur recebeu uma doação de recursos do Banco Mundial, através da TF- 054155 para desenvolvimento do Projeto: Aperfeiçoamento do Processo de Concepção e Implementação de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, objetivando o Alívio da Pobreza.

Contexto do Projeto

A finalidade do Projeto é de subsidiar o aperfeiçoamento do processo de planejamento, gestão e implementação de processos de desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis através dos PRDT, ora em implementação pelo MTur.

Além da busca dos novos dados nos PRDT para o ajuste dos marcos conceituais, o Projeto deverá identificar boas práticas e ensinamentos aprendidos no monitoramento e na avaliação de turismo destinados à

população mais carente em outros países com dinâmica de turismo semelhante; avaliar e subsidiar qualidade da gestão pública do turismo nas esferas federal, estadual e municipal.

Data de Assinatura: 04/03/2005

Vigência: A partir da efetividade 04/03/2005 a 04/03/08

Aditivo contratual: 04/03/08 a 02/03/09

Prazo para Desembolsos: A partir da efetividade até 02/03/2009.

Valor da Doação: Até um montante de US\$ 490,000 (US\$ 1 = R\$ 2,95 – set/2004)

Contrapartida: embora o contrato não preveja contrapartida no desenvolvimento das ações, houve necessidade do MTur destinar recursos orçamentários tendo em vista o pagamento de impostos (contribuição previdenciária ao INSS) correspondente aos 20% parcela patronal do valor de cada produto pago aos consultores contratados.

Ações desenvolvidas em 2008

Foram concluídas as etapas de Conceituação do TS&AP, tendo dado início a fase de “Estabelecimento de Indicadores e de Metodologias de Mensuração”, restando para 2009 a fase de “Revisão dos Conceitos e dos Indicadores”

Quanto à Execução Financeira:

Dotação Orçamentária: R\$ 112.060,00

Empenhos Emitidos: R\$ 107.976,64

Valores Pagos: R\$ 58.458,89

Obs: Os valores empenhados e não pagos no exercício 2008, dizem respeito a contratações de consultorias individuais que prevêem produtos a serem entregues no exercício 2009.

9. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 9.1 - Execução de Restos a Pagar no exercício por ano de inscrição no SIAFI – UJ SNPDTUR (540005)

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	10.175.940,02	3.237.605,55	5.368.494,15	1.569.840,32	406.624.279,17	14.139.927,06	336.333.677,22	56.150.674,89
2007	20.998.596,59	1.268.520,00	19.428.736,27	301.340,32	766.100.264,72	44.089.977,47	617.865.270,58	104.145.016,67
2008	5.152.454,97	1.178.823,67	2.945.753,74	1.027.877,56	1.172.178.516,00	83.110.458,58	851.933.632,84	237.134.424,58
Total	36.326.991,58	5.684.949,22	27.742.984,16	2.899.058,20	2.344.903.059,89	141.340.363,11	1.806.132.580,64	397.430.116,14

10. EXECUÇÃO FÍSICA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS PRINCIPAIS AÇÕES DE PROGRAMAÇÃO E EMENDAS DA SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – SNPDTUR

Quadro 10.1- Ações da SNPDTUR - 2008

Ação	GND	Dotação Autorizada	Empenhado	Pago	RP Pago
0A50 - PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PROECOTUR -	3		-	-	1.976,34
0316 - PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR SUL	3		-	-	76.000,00
	4		-	-	17.301.238,69
0173 - PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR NE II	3				7.180.669,34
	4				16.304.490,77
0564 - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA	3				1.631.287,02
	4	10.697.875,00	10.681.978,00	3.320.500,00	722.538.311,09
10V0 - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA	3	4.167.593,00	1.918.011,14	88.366,74	
	4	2.040.776.405,00	1.510.587.475,37	50.352.200,00	
10WU - PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR SUL	3	3.200.001,00	3.200.000,00	937.500,00	
	4	8.000.000,00	8.000.000,00	1.000.000,00	
10W8 - PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PRODETUR NE II	3	9.472.060,00	9.447.007,19	2.764.341,55	
	4	29.081.974,00	29.081.973,83	11.500.000,00	
10X0 - PARTICIPACAO DA UNIAO NA IMPLANTACAO DO PRODETUR NACIONAL	3	24.432.146,00	24.413.664,53	12.309.611,29	
	4	110.920.225,00	110.920.225,00	18.540.000,00	
11Y3 - PARTICIPACAO DA UNIAO NA ELABORACAO, EXECUCAO E ACOMPANHAMENTO DO PROECOTUR - FASE II	3	1.620.000,00	1.620.000,00		
	4	1.080.000,00	1.080.000,00		
2B39 - FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO LOCAL E DE INCLUSAO SOCIAL	3	10.650.000,00	7.265.846,35	633.744,45	313.914,30
	4	800.000,00	29.390,00		
2C01 - ESTUDOS E PESQUISAS DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO AMBITO DO ATIVO	3	3.600.000,00	3.327.384,20	3.120.416,02	566.720,00
2301 - SINALIZACAO TURISTICA	4	15.910.696,00	15.552.250,00	832.650,00	2.707.575,00
4030 - CERTIFICACAO DE EMPREENDIMENTOS, EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DO SEGMENTO TURISTICO	3	2.680.000,00	1.990.002,00	80.000,00	250.000,00
4052 - FOMENTO A PRODUCAO LOCAL E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA USO DOS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	3	6.143.055,00	1.926.400,20	987.769,20	2.200.013,00
	4				779.950,00
4054 - VALORIZACAO E DISSEMINACAO DOS PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO	3	4.800.000,00	1.981.059,78	1.105.412,36	
4198 - CERTIFICACAO DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DE TURISMO	3	2.436.000,00	2.384.262,10	27.264,10	2.500.000,00
4590 - QUALIFICACAO DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DE TURISMO	3	45.261.342,00	24.946.904,64	5.702.095,29	7.037.283,18
5112 - ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL PARA UTILIZACAO TURISTICA	3	400.000,00			
	4	3.960.000,00	3.861.000,00		1.729.650,00
5701 - IMPLANTACAO DE CENTROS DE INFORMACOES TURISTICAS	4	4.500.000,00	4.368.000,00		1.719.650,00
7H12 - CONSTRUCAO DO CENTRO DE CONVENCOES EM UMUARAMA - PR	4	10.251.840,00	4.000.000,00		
7H66 - REVITALIZACAO DA FEIRA CENTRAL EM CAMPINA GRANDE - PB	4	18.907.349,00	18.907.349,00		
Total		2.373.748.561,00	1.801.490.183,33	113.301.871,00	784.838.728,73

11. RENUNCIA TRIBUTÁRIA

Quadro 11.1 - Demonstrativo de identificação da renúncia de receitas

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA				CONTRAPARTIDA EXIGIDA
Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, §1º)	Objetivos Sócio- Econômicos	
Informo que no exercício de 2008, no âmbito do órgão 54000 — Ministério do Turismo, não houve ocorrência de renúncia tributária.				

Quadro 11.2 - Reconhecimento de Passivos – Por insuficiência de créditos/recursos do Siafi

UG	Credor		Inscrição (Saldo Inicial)		Movimento Devedor		Movimento Credor		Saldo Final em 31/12/n
	Denominação	CNPJ/CPF	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	
Informo que, no exercício de 2008, não houve movimentação na Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos do SIAFI, no âmbito do órgão superior 54000 — Ministério do Turismo.									

12. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE

Motivo da dispensa ou do arquivamento ²	Nº do processo (adm. ou TCE)	Responsável		Cargo ou função do responsável ³	Valor do débito atualizado ⁴ até 31/12 (R\$)	Data da ocorrência ⁵	Ocorrência (irregularidades detectadas) ⁶	Principais medidas administrativas adotadas ⁷
		CPF / CNPJ	Nome					
No exercício de 2008, no âmbito da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo — SNPDTur, não houve ocorrência de dispensa ou arquivamento de Tomada de Contas Especial.								

13. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Quadro 13.1 Denúncias e Solicitações 2008

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
4/1/2008	Aviso n° 17 /2008/CGU-PR		Encaminha Relatório de Auditoria Especial no Município de Novo Hamburgo/RS (Relatório de Ação de Controle 00190.001401/2005-18) para providências.	(8/1) Encaminhado à SNPDTur para atendimento (Mem. 004)	Atendido
14/1/2008	Aviso n° 72 /2008/CGU-PR		Encaminha Relatório de Demanda Especial no Município de Nova Xavantina/MT (Relatório n° 00190.026794/2007-26)	(17/1) Encaminhado à SNPDTur solicitando pronunciamento em 30 dias (Mem. 010).	Atendido
14/1/2008	Ofício n° 735 /2008/CGU - PR		Encaminha cópia de correspondência eletrônica para atendimento direto ao interessado (Município: Currais Novos - RN)	(15/1) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 154)	Atendido
16/1/2008	Aviso n° 92 /2008/CGU-PR		Encaminha Relatório de Demanda Especial no Município de Tarumã /SP (Relatório n° 00190.000834/2005-48)	(25/1) Encaminhado à SNPDTur para atendimento (mem. 017).	Atendido
21/1/2008	Ofício n° 1241 /2008/SE/CGU-PR		Encaminha cópia de correspondência eletrônica referente ao Município de Alfenas/MG para atendimento direto ao interessado.	(22/1) Encaminhado à SNPDTur para atendimento (mem. 014)	Atendido
15/2/2008	Ofício n° 088 /2008-1 - TCU/SECEX - PR		Solicita, no prazo de 15 dias, que apresente várias informações e documentos (vide ofício) referentes ao Contrato de Repasse n° 585278, pactuado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Sulina/PR.	(15/2) Encaminhado a SNPDTur para atendimento (mem. 026) (29/2) Solicitado dilação de prazo por mais 15 dias (Ofício n° 034) Atendido pelo Ofício n° 037 /2008-AECI/MTur de 14/3/08	Atendido
19/2/2008	Ofício n° 28 /2008-OFRAD-TCU /SECEX-MT de 19/02/8		Encaminha cópia do Acórdão 96 /2008-TCU-Plenário referente ao processo TC 003.233/2007-3 - Associação Matogrossense de Municípios -AMM	(27/2) Informado a apresentação de recurso pela Senhora Ministra do Turismo pelo Aviso n° 005 /2008/GM/MTur (Ofício n° 031) Obs. Em 7/2 Já havia sido enviado cópia acórdão à SNPTur (Mem. 022), à SNPDTur (Mem. 023) e à SPOA (Mem. 024)	Atendido
27/2/2008	Aviso n° 140 /2008/CGU-PR		Encaminha Relatório de Fiscalização no Município de Brejão/PE (Relatório n° 00190.022448/2006-30).	(29/2) Encaminhado à SNPDTur para atendimento em 30 dias (Mem. 037)	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
6/3/2008	Aviso n° 154 /2008/GM/CGU-PR		Encaminha o Relatório de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos - 24ª Etapa para conhecimento e eventuais providências.	(11/3) Encaminhado à SNPTur (Mem. 039) e à SNPDTur (Mem. 040) para atendimento.	Atendido
11/3/2008	Aviso n° 173 /2008/GM/CGU-PR		Encaminha Relatório de Fiscalização no Município Januária-MG (Relatório n° 00190.026795/2007-71).	(17/3) Encaminhado à SNPTur (Mem. 042) e à SNPDTur (Mem. 043) para atendimento em 30 dias	Atendido
12/3/2008	Aviso n° 184 /CGU-PR		Encaminha Processos de Tomada de Contas Especial os quais contemplam os resultados dos exames realizados pela equipe técnica da SFC/CGU-PR: Processo n° 72000.002773/2006 (Centro de Cultura Popular Viva Arte/PE - Relatório n° 209132) Processo n° 72000.002820/2006-41 (A Casa Pró Cidadania/PE - Relatório n° 209133)	Encaminhados ao TCU com o devido Pronunciamento Ministerial pelo Ofício n° 042 (A Casa Pró Cidadania) e pelo Ofício n° 043 (Centro de Cultura Popular). E encaminhado cópia dos ofícios e dos Pronunciamentos ao Diretor de Auditoria Especial e de Pessoal da CGU (Ofícios 044/2008/AECI/MTur e 045/2008/AECI/MTur de 20/3/08 respectivamente).	Atendido
14/3/2008	Aviso n° 212 /2008/CGU-PR Aviso n° 239/2008/CGU-PR Aviso n° 219 /2008/CGU-PR		Encaminha Relatórios de Auditoria n° 00190.026796/2007-15- Município de Montalvânia/MG (Aviso n° 212), n° 00206.000526/2007-68 - Município de Canindé/CE (Aviso 239) e n° 00190.022491/2006-53 - Município de Lagoa do Ouro/PE (Aviso n° 219)	(11/8) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 140)	Atendido
18/3/2008	Ofício n° 239 /2008-GAB-TCU /SECEX-PR		Solicita, no prazo de 15 dias (chegou dia 3/4), cópia das seguintes peças de processo relativas aos convênios 130/1999 e 217/2000: -Termo de convênio e plano de trabalho. -Relatório de inspeção in loco se houver. -Prestação de contas apresentada	(4/4) Encaminhado à SNPDTur para atendimento (Mem. 056). (4/4) Encaminhado ao EMBRATUR por se tratar de assunto deste (Ofício n° 051). Atendido pelo Ofício n° 056 /2008-AECI/MTur de 16/4/08	Atendido
20/3/2008	Aviso n° 241 /CGU-PR		Encaminha, para exame e providências, Relatório de Auditoria na Ponte/Forte Redinha em Natal/RN, ação de controle interno com o objetivo de verificar a aplicação de recursos na construção da referida ponte. (Relatório de Demandas Especiais 00219.000137 /2006-11)	(26/3) Encaminhado à SNPDTur para providências (Mem. 050).	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
27/3/2008	Ofício n° 237/2008-TCU/SECEX-5		(Ref. TC-020.333/2006-4) Solicita que encaminhe: a) cópias dos Processos de Licitação n° 72.000.002218/2005-22, 72.000.002661/2004-12 e 72.000.001487/2005-71, bem como dos respectivos contratos decorrentes; b) cópia do processo de inexigibilidade de licitação 72.000.003063/2004-68 e do contrato dele decorrente.	Atendido pelo Ofício n° 069 /2008-AECI/MTur de 28/4/08.	Atendido
31/3/2008	Ofício n° 9250 /2008/DRTUR/DR /SFC/CGU-PR à SNPDTur		Solicita informações atuais sobre o Contrato de Repasse n° 132.746-82 (SIAFI 445664) firmado com o Governo do Estado do Pernambuco (Circuito Náutico de Pernambuco).	Atendido pelo Ofício n° 060 /2008/SNPDTur de 13/5/08.	Atendido
2/4/2008	Ofício n° 9584 /2008/CGU-PR		Encaminha cópia de correspondência eletrônica referente ao Município de Barra de Maxaranguape para atendimento direto ao interessado.	(8/4) Encaminhado à SNPDTur para providências (Mem. 061) Atendido pelo Ofício n° 077 /2008/AECI/MTur de 19/5/08.	Atendido
7/4/2008	Aviso n° 270/2008/GM/CGU-PR		Encaminha Relatório de Auditoria no Município de Iguatu-CE (Relatório n° 00190.001443/2005-41) para providências.	(9/4) Encaminhado à SNPDTur para providências (Mem. 064).	Atendido
7/4/2008	Ofício n° 259/2008-TCU/SECEX-SE		Solicita, no prazo de 15 dias (chegou dia 18/4), que informe sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Cedro de São João -SE (festas juninas 2005 - SIAFI 524933). E remeta cópia da TCE caso já tenha sido instaurada (Ref. TC 005.639/2007-8).	(18/4) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 068). Atendido pelo Ofício n° 063 /2008/AECI/MTur de 23/4/08.	Atendido
7/4/2008	Aviso n° 255 /GM/2008/CGU-PR		Encaminha Relatório de Auditoria no Simões Filho-BA (Relatório n° 00190.003543/2003-40 e n° 00190.014944/2005-97) para providências.	(8/3) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 060). (9/3) Encaminhado ao EMBRATUR para providências (Ofício n° 053) Atendido pelo Ofício n° 058 /2008/AECI/MTur de 17/4/08.	Atendido
30/4/2008	Aviso n° 451-Seses-TCU-Plenário		Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão n° 800/2008-TCU - Plenário (O Acórdão determina que Prefeitura de Três Pontas - MG anule a Concorrência 004/2007 por violar a lei)	(5/5) Encaminhado à SNPDTur para ciência (Mem. 074 /2008 /AECI/MTur)	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
26/5/2008	Ofício n° 437/2008-1-TCU/SECEX - PR		Solicita informações acerca do Termo de Parceria MTur/IBPQ/INMETRO/N°004 /2007 celebrado entre o MTur e o Instituto Brasileiro de Produtividade e Qualificação (várias informações solicitadas- Vide ofício). Prazo: 10 dias (chegou dia 18/6)	(19/6) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 102). (26/6) Solicitado dilação de prazo de 10 dias (Ofício n° 099). Foi concedido (Ofício n° 924/2008-1-TCU/SECEX - PR) Atendido pelo Ofício n° 117 /2008/AECI/MTur de 7/7/08.	Atendido
5/6/2008	Aviso n° 450 /2008/CGU-PR		Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos - 25ª Etapa.	(17/6) Encaminhado à SNPTur (Mem. 096) e à SNPDTur (Mem. 097).	Atendido
12/6/2008	Ofício n° 289 /2008-TCU/SECEX-PR		Determina ao MTur que se manifeste acerca das irregularidades apontadas no processo TC 003.284/2008-0 (Ref. Contrato de Repasse n° 0200686-12 - SIAFI- Município de Sulina - PR). Prazo para atendimento 5 dias (Chegou dia 14/7)	(14/7) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 121). (21/7) Solicitado prorrogação de 5 dias (Ofício n° 125) Atendido pelo Ofício n° 128 /2008/AECI/MTur de 29/7/08 e pelo Ofício n° 156 /2008/AECI /MTur de 1/9/08.	Atendido
13/6/2008	Aviso n° 489 /2008/CGU-PR		Encaminha Processo de Tomada de Contas Especial contra o Sindicato Rural de Divinópolis - MG (Processo n° 72000.001949/2007-12)	(26/6) Atendido , encaminhado ao Tribunal de Contas da União (Ofício n° 100). (27/6) encaminhado cópia do Ofício n° 100 e do Pronunciamento Ministerial à CGU (Ofício n° 101 /2008 /AECI/MTur)	Atendido
19/6/2008	Acórdão n° 1684 /2008 - TCU - 2ª Câmara		Faz determinações à Caixa Econômica Federal referente aos Contratos de Repasse n°s 0164342/2004 (Siafi: 505710) e 0165963/2004 (Siafi: 505733) firmados com o Município de São Luís dos Montes Belos - GO.	Atendido pelo Ofício n° 144 /2008/AECI/MTur o qual encaminhou o Mem. 338/2008 /DIETU/SNPDTur/MTur acompanhado do Ofício n° 1167 /2008/SUREP/GEATO.	Atendido
25/6/2008	Ofício n° 534 /2008-TCU/SECEX-RN		Solicita cópia dos contratos de repasse SIAFI n°s 540590, 585473 e 545440 e também informações sobre a situação atual da execução das obras. Prazo para atendimento: 15 dias (mandando dia 21/7)	(10/7) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 114) (4/8) Solicitado prorrogação de 15 dias para atendimento (Ofício n° 132) Atendido pelo Ofício n° 141 /2008/AECI/MTur de 14/8/08.	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
25/6/2008	Aviso n° 531 /2008/CGU-PR		Encaminha processos de Tomada e Prestação de Contas - exercício 2007 - da Secretaria Executiva (n° 72000.000798/2008-66), da SNPDTur (n° 72000.000831/2008-58), do Fungetur (n° 72000.000265/2008-84), do Embratur (n° 72100.000012/2008-82) e do FISET (n° 72100.000309/2008-48)	(27/6) Encaminhados ao TCU (Ofícios n°s 102, 103, 104, 105 e 106). (30/6) Encaminhado cópia dos Pronunciamentos Ministeriais à CGU (Ofícios n°s 107, 108, 109, 110 e 111). Encaminhado cópia do respectivo Relatório de Auditoria a cada área: Embratur (Ofícios n°s 112 e 113), Fungetur (Mem. 105), SNPDTur (Mem. 106) e SE (Mem. 107).	Atendido
4/7/2008	Ofício n° 856/2008-TCU/SECEX - 5		Encaminha, para adoção de medidas previstas nos itens 9.3 e 9.4 e conhecimento do item 9.5, Acórdão n° 1232/2008 (Ref. Processo n° 012.529 /2007-6)	Atendido pelo Aviso n° 55 /2008/GM/MTur de 23/7/08. (25/7) Encaminhado à SNPDTur para ciência (Mem. 131)	Atendido
8/7/2008	Aviso-Circular n° 004/2008/GM /CGU-PR		Recomenda a imediata suspensão das transferências de recursos para realização de obras em 119 municípios (Relação anexa - vide aviso) incluindo, além das obras em andamento, os novos empreendimentos (Ref. "Operação João de Barro" da Polícia Federal)	(10/7) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 115) e a Embratur (Ofício n° 120 /2008 /AECI/MTur de 10/7/08)	Atendido
14/7/2008	Ofício n° 753/2008-TCU/SECEX-RS		Solicita que se manifeste sobre as irregularidades apontadas na informação n° 001/2008 do TCU - SECEX- RS referente aos contratos de repasse n° 196.327-66/2006 e n° 213.148-67/2006 (ambos firmados com o Município de Vitória das Missões - RS). Prazo: 15 dias (chegou no GM dia 28/7)	(30/7) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 134) (12/8) Solicitado prorrogação de prazo de 15 dias (Ofício n° 137) (13/8) Informado ao Secretário a falta do anexo e solicitado que o tempo seja contado a partir do recebimento do documento (Ofício n° 138) (25/8) Expedidos novos Ofícios da Secex estipulando novo prazo de 15 dias a contar do recebimento (dia 2/9) (Ofícios Ofício n° 970 e 971/2008-TCU/SECEX-RS). Atendido pelo Ofício n° 170 /2008/AECI-MTur de 17/9/08 o qual encaminha Mem. 381/2008 /Dietu/SNPDTur/MTur.	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
8/8/2008	Ofício n° 199/2008-TCU/SECEX -MT		Solicita cópia do contrato de repasse n° 2628.0187276-66/2005, bem como cópia da prestação de contas já realizada. Prazo: 15 dias (Chegou dia 18/8).	(19/8) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 149). Atendido pelo Ofício n° 3-4537 /2008/GIDUR-CB de 1/9/08.	Atendido
18/8/2008	Ofício n° 491/2008-TCU/SECEX-PR e Ofício n° 490/2008-TCU/SECEX-PR		Comunica a adoção de Medida Cautelar, com vista a determinar ao Ministério do Turismo que se abstenha de efetuar novos repasses de recursos ao Instituto Brasileiro de Qualificação e Produtividade - IBQP no âmbito do Termo de Parceria Mtur/IBPQ/INMETRO/n° 004/2007 e determina, também, que se promova a oitiva do MTur, para que, no prazo de 15 dias (chegou dia 26/8), se pronuncie acerca dos fatos que ensejaram a adoção da medida cautelar, especialmente acerca de indícios de irregularidade no termo de parceria mencionado. (Ref. processo n° 011.390/2008-8)	(27/8) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 156) (10/9) Solicitado prorrogação de 15 dias à Secex- PR (Ofício n° 163) e informado ao DCPAT (Mem. 168). Atendido pelo Ofício n° 181 /2008/AECI/MTur de 25/9/08 o qual encaminha o Mem. n° 5125-2008/SNPDTur.	Atendido
19/8/2008	Aviso n° 683 /2008/CGU-PR		Encaminha Processo de Tomada de Contas Especial o qual contempla os resultados dos exames realizados pela equipe técnica da SFC/CGU-PR: Processo n° 72100.000429/2006-86 (Prefeitura de Barra do Guarita/RS - Relatório n° 214869)	(1/9) Encaminhado ao TCU com o devido Pronunciamento Ministerial (Ofício n° 153). (idem) Encaminhado cópia do ofício e do Pronunciamento ao Diretor de Auditoria de Pessoal e Tomada de Contas Especial da CGU (Ofícios n° 154). (idem) Encaminhado ao Embratur cópia do Ofício ao TCU, do Relatório de Auditoria e do Pronunciamento Ministerial (Ofício n° 155 /2008/AECI /MTur de 1/9/08)	Atendido
21/8/2008	Ofício n° 26557 /2008/CGU - PR		Encaminha cópia de correspondência eletrônica para atendimento direto ao interessado (Município: Currais Novos - RN)	(25/8) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 154)	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
27/8/2008	S/N E-mail da CGU-PR		E-mail da Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Turismo - CGU-PR. Solicita cópias integrais dos processos e, quando houver, da prestação de contas dos contratos de repasse n°s 39.272-17 (475839), 45795-66 (463039) e 65.883-55 (505727) todos referentes ao Município de Jataí - GO. Prazo para atendimento: Até o dia 10/9/08	(27/8) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 158) (10/9) Encaminhado Mem 370 /2008/DIETU e anexos com resposta parcial (Ofício n° 165) Atendido pelo Ofício n° 184 /2008/AECI/MTur de 30/9/08.	Atendido
4/9/2008	Ofício n° 28279 /2008/SPCI/CGU-PR		Ofício da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas - CGU. Apresenta as principais medidas de prevenção a corrupção previstas na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e solicita informar as principais ações ou projetos desenvolvidos em cada uma das áreas (vide Ofício)	(11/9) Encaminhado à SNPTur (Mem. 169), DGI (Mem. 170), Conjur (Mem. 171) e SNPDTur (Mem. 172) (11/11) Cobrado resposta da DGI (Mem. 233), da SNPDTur (Mem. 234) e da SNPTur (Mem. 235) Atendido pelo Ofício n° 224 /2008/AECI/MTur de 21/11/08.	Atendido
8/9/2008	Ofício n° 1153/2008-TCU/SECEX-5		Solicita cópia do processo relativo ao convênio n° 361/2007 celebrado com a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura - Abeta (ref. Acórdão n° 1852/2008 - Processo TC 009.745/2007-9). Prazo: 15 dias (ofício devolvido com ciente dia 8/10)	(19/9) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 180). (23/10) Atendido (Ofício n° 203)	Atendido
8/9/2008	Ofício n° 1162/2008-TCU/SECEX-5		Solicita que se manifeste a respeito da celebração de convênios, a exemplo do convênio n° 380/2005, cujos objetos constitui a terceirização indevida de atividades finalísticas do MTur, contrariando o art. 1° do Decreto 2.271/97. (ref. Acórdão n° 1852/2008 - Processo TC 009.745/2007-9). Prazo: 15 dias (ofício devolvido com ciente dia 8/10)	(19/9) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 178) e SNPTur (Mem. 196) Atendido pelo Ofício n° 161 /2008/SE/MTur de 23/10/08.	Atendido
8/9/2008	Ofício n° 1164/2008-TCU/SECEX-5		Encaminha para conhecimento e adoção de medidas previstas no item 9.3, Acórdão n° 1852/2008 - Plenário - o item faz determinações sobre o convênio n° 380/2005 (Ref. TC 009.745/2007-9)	(19/9) Encaminhado à DGI (Mem. 179) (3/10) Encaminhado cópia do acórdão à SNPTur para atenção ao item 9.3.4 (Mem. 192) (7/10) Reencaminhado cópia do Acórdão à SNPDTur, SNPTur, Conjur, Assessor Especial do Ministro e DGI (Mem. 195 - Circular) (17/10) Atendido (Ofício n° 199)	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
11/9/2008	Ofício n° 29.124 /2008/DRTUR/DR /SFC/CGU-PR		Solicita informações sobre contratos de repasse firmados com o Município de Antonina/PR.	Atendido pelo Ofício n° 218 /2008/AECI/MTur de 17/11/08 o qual encaminha Mem. n° 5.456 - 2008/SNPDTur e anexos.	Atendido
18/9/2008	Ofício da Equipe de Auditoria n° 789 /2008-06		Equipe de Auditoria - TCU - 2ª SECEX. Solicita que informe a relação de convênios firmados pelo MTur sem interveniência da Caixa de 2004 a 2008 entre outras informações (vide ofício). Prazo até o dia 29/9.	(19/9) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 181) (29/9) Solicitado prorrogação de 20 dias (Ofício n° 183) Atendido pelo Ofício n° 193 /2008/AECI/MTur de 13/10/08. Obs. Fez-se uma resposta preliminar, mas não foi utilizada (Ofício n° 189)	Atendido
29/9/2008	Ofício da Equipe de Auditoria n° 789 /2008-11		Solicita informar: a) Quais os motivos do envio de descentralização à CEF nos últimos meses de cada ano; b) Medidas a adotar para que essas descentralizações ocorram com mais antecedência; c) que outras medidas podem ser adotadas minimiza as cláusulas suspensivas nos contratos de repasse. Prazo: até o dia 10/10 (Ref. Acórdãos n°s 160/2007 - plenário e 1778/2005-Plenário)	(2/10) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 191) (10/10) Solicitado prorrogação de 10 dias (Ofício n° 192) Atendido pelo Ofício n° 197 /2008/AECI/MTur de 15/10/08 o qual encaminha o Memo. N° 5.310-2008/SNPDTur.	Atendido
30/9/2008	Ofício n° 783 /2008-TCU/SECEX-PR		Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n° 2985 /2008 Segunda Câmara (processo TC 005.489/2008-7 - abrangendo possíveis irregularidades na Concorrência, tipo menor preço, edital n° 02/208 - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR.	(13/10) Encaminhado para conhecimento da SNPDTur (Mem. 199).	Atendido
15/10/2008	Aviso n° 750 /2008/CGU-PR		Encaminha Processo de Tomada de Contas Especial contra o Prefeito de São João do Piauí/PI (Processo n° 72000.002572/2006-38)	(31/10) Encaminhado ao TCU com o devido Pronunciamento Ministerial (Ofício n° 205). (4/11) Encaminhado cópia do ofício 205 e do pronunciamento a CGU (Ofício n° 206)	Atendido
20/10/2008	Ofício da Equipe de Auditoria n° 789 /2008-23		Ofício da Equipe de Auditoria da 2ª Secex - TCU. Solicita avaliar o desempenho da CEF referente a contratos de repasse com notas 1-péssimo, 2-ruim, 3-regular, 4-bom, 5-ótimo para vários critérios (vide ofício).	(21/10) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 202). Atendido pelo ofício n° 204 /2008/AECI/MTur de 29/10/08.	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
24/10/2008	Ofício n° 1409 /2008-TCU/SECEX-5		(Ref. TC-025.134/2008-0) Solicita que encaminhe relação de diárias e passagens de diretores do DIETU/ MTur nos exercícios de 2007 e 2008, juntamente com eventuais justificativas e relatórios de viagens, bem como datas e períodos em que ocorreram. Prazo: 15 dias (chegou na SE dia 30/10)	(6/11) Encaminhado a SNPDTur (Mem. 227) (17/11) Solicitado prorrogação de 15 dias (Ofício n° 219) Atendido pelo Ofício n° 222 /2008/AECI/MTur de 20/11/08 o qual encaminha o Memorando n° 289/2008/SE/MTur.	Atendido
5/11/2008	Aviso n° 1709-Secex-TCU-Plenário		Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão n° 2501/2008-TCU - Plenário o qual trata de possíveis irregularidades envolvendo recursos federais, na realização de certames licitatórios pela prefeitura Municipal de Junco do Maranhão/MA.	(11/11) Encaminhado ao DIETU (Mem. 232 /2008/AECI /MTur)	Atendido
18/11/2008	Aviso n° 848 /2008/CGU-PR		Encaminha o Relatório de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos - 26° Etapa para conhecimento e eventuais providências.	(28/11) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 239) e à SNPDTur (Mem. 240)	Atendido
26/11/2008	Ofício n° 1092/2008-TCU/SECEX-RN		Encaminha cópia do Acórdão n° 5139 /2008-TCU- 2ª Câmara para ciência e adoção de medidas contidas no item 1.5.2. Trata-se de manifestação a respeito de irregularidades nos contratos de repasse n° 0186652-00 (Siafi 540590) e n° 0213155-62 (Siafi 585473)	(5/12) Encaminhado à SNPDTur para providências e solicitando informar a AECI quando da conclusão (Mem. 246)	Aguardando
26/11/2008	Aviso n° 873 /2008/CGU		Encaminha Relatório de Demandas Especiais 00221.000002/2007-89 - contrato de repasse firmado com o Estado de Roraima (Município de Boa Vista) para exame e providências.	(3/12) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 242)	Atendido
3/12/2008	Decisões Normativa TCU n° 93 e n° 94		Definem para 2009 as unidades que devem apresentar processo de Contas e Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2008.	(19/12) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 249); à SNPDTur (Mem. 250); à SE (Mem. 251); à CGConv (Mem. 252), ao Fungetur (Mem. 253) e ao Embratur (Ofício n° 239)	Aguardando
3/12/2008	Aviso n° 1886-Seses-TCU-Plenário		Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão n° 2882 /2008 - TCU - Plenário. O referido acórdão trata dos contratos de repasse n° 020053588/2006 e 024351871/2007 ambos MTUR/CEF para execução de obras de reforma e requalificação do Centro de Convenções de Teresina/PI (há determinações à Piauí Turismo- PIEMTUR)	(5/12) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 245)	Atendido

DATA	Processo, ofício etc	Denunciante	Objeto	Providências	Situação
12/12/2008	Ofício n° 1648 /2008-TCU/SECEX-5		Encaminha para conhecimento cópia do Acórdão n° 2887 /2008 - Plenário de 3/12/2008, ao apreciar o processo - TC 012.529/2007-6	(19/12) Encaminhado à SNPDTur (Mem. n° 248)	Atendido
19/12/2008	Aviso n° 943 /2008/GM/CGU-PR		Encaminha Relatório de Demandas Especiais 00190.003924/2007-52 - Operação Carranca - Município Palmeira dos Índios/Al.	(23/12) Encaminhado à SNPDTur (Mem. 256) Atendido pelo ofício n° 002/2009-AECI/Mtur de 8/1/09.	Atendido
31/12/2008	Aviso n° ? /CGU/2008		Processos de Tomada de Contas Especiais: (72000.001168/2007-28, 72000.003761/2007-13, 72100.003000/2006-76, 72000.003655/2007-25, 72000.002010/2007-75, 72000.003278/2007-24, 72000.002963/2007-33 e 72100.001176/2006-65	(12/1/09) Encaminhados ao TCU com o devido Pronunciamento Ministerial (Ofício n° 004, Ofício n° 005, Ofício n° 006, Ofício n° 007, Ofício n° 009, Ofício n° 011 e Ofício n° 010). (16/12/09) Encaminhado cópia à CGU (Ofício n° 021, Ofício n° 020, Ofício n° 019, Ofício n° 018, Ofício n° 017, Ofício n° 016, Ofício n° 015 e Ofício n° 014), cópia de um processo ao Embratur (Ofício n° 022) três à DGI (Mem. 010, Mem. 007 e Mem. 005)	Atendido
15/12/2008	Ofício n° 560 /2008-TCU/SECEX-RR		Solicita que informe o andamento do "Projeto de Reprogramação de Engenharia" apresentado pelo Governo do Estado de Roraima com vista alterar o projeto inicial da obra do Contrato de Repasse 0187.026-30/2005, bem como informe se há previsão de transferência de novos recursos para execução das alterações propostas.	(30/12) Despachado da SE ao DIETU Atendido pelo Ofício n° 012 /2009/AECI/MTur de 15/1/09.	Atendido

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Quadro 14.1 – Colaboradores SNPDTur

SITUAÇÃO FUNCIONAL	2006		2007		2008	
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
ATIV.PERMAN.	27	44.024,81	25	41.541,59	32	46.333,23
NOMEADOS	31	81.509,32	33	219.406,40	32	223.135,34
REQ.SEM ONUS	7	57.734,38	7	67.199,06	5	60.829,39
REQ. DE ÓRGÃOS	3	8.413,04	3	12.619,56	3	14.838,24
CEDIDOS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
EXEC.CARREIRAS DESCENT.	0	0,00	1	0,00	2	0,00
ESTAGIÁRIOS	12	5.744,57	14	6.702,00	7	3.351,00
Total	80	197.426,12	83	347.468,61	81	348.487,20